

contraponto

ANO 20 Nº 124 Março/Abril/Maio 2020



Juntas, vivas e livres

a luta feminista pela democratização
do espaço público

JÁ ERA PARA ESTAR ÓBVIO

Mais um “mês das mulheres” se passou. E com ele, propagandas temáticas de cosméticos, perfumes, roupas, lojas de chocolate, entre outros similares, foram veiculadas. Houveram homenagens poéticas de companheiros amorosos, pais, irmãos, colegas de trabalho e de sala. No dia 8 de março, a figura da mulher foi prestigiada por todos em diversos lugares do mundo. Mas afinal, que mulher é essa? E que tipo de prestígio é esse?

A mulher prestigiada é a que sorri ao ouvir “feliz dia das mulheres” e recebe flores em suas mãos, mas que também tem seus batimentos cardíacos acelerados ao perceber que se encontra sozinha em uma rua deserta, tarde da noite, apenas com um homem presente. A mulher prestigiada é a travesti, que todos almejam para saciar desejos reprimidos, mas que não possui o privilégio dos afetos públicos e do amor que merecem. A mulher prestigiada é a que possui um namorado que a ama e apoia seu crescimento, mas se sente intimidado caso ela possua um cargo ou salário maior que o seu. São como objetos reluzentes. Encantam nas aparências, mas são consideradas desprovidas de vida e força próprias.

De nada vale as homenagens para as que ainda tem muito pelo que lutar, muito pelo que zelar, e muito pelo que manter. Afinal, os direitos das mulheres nunca serão garantidos, tanto os que ainda não foram alcançados, tanto os que já foram conquistados. Março não é comemorativo se o Brasil continua a ser o 4º país do mundo com a maior taxa de feminicídios. Mulheres não são livres se dizem o que pensam e são rotuladas como “mandonas”, enquanto homens são qualificados como “autênticos”, pela mesma atitude. Diariamente, mulheres lutam para que suas vozes e corpos sejam realmente seus, juntamente com suas forças de trabalho, de reprodução e de pensamento próprio.

Mulheres são múltiplas quando consideradas suas individualidades, mas tornam-se uma ao alinhar forças e se apoiarem. A afirmação diária inclui promover visibilidade a cada tipo de mulher possível. Elas são de diversas etnias, nacionalidades, identidades, condições financeiras e sociais, classes, orientações sexuais, genitálias, dentre outros fatores que parecem servir como motivações para as distanciarem, mas que se torna, justamente, o que solidifica mais ainda o elo entre todas. Cada uma enfrenta suas dores e batalhas diárias. Tomem, portanto, as mãos uma das outras e perguntem às suas amigas, mães, avós, irmãs e companheiras do que elas precisam. No dia 8 de março, sejam o presente uma das outras.

Aos homens, rapazes, meninos e senhores: obrigada, mas mulheres não querem flores em “seu” dia. À esta altura, já era para estar óbvio, mas já que não parece estar, reforçar é preciso: mulheres querem igualdade salarial e a valorização de seu trabalho, o direito sobre seus corpos e tudo que os envolve, como decidir se querem ter filhas e/ou filhos, se querem (precisam) abortar ou não.

Além disso, também gostariam de acesso igualitário à educação, de boas condições de vida, de não serem interrompidas quando falam, de não serem reduzidas a um fetiche ou objeto por sua sexualidade, sua etnia ou suas roupas. Mulheres gostariam de não serem estupradas e mortas. Em suma, desejam ser tratadas com dignidade e respeito. Nenhum presidente da República, nenhuma instituição, entidade ou homem fará com que elas sintam que não é o mínimo do que merecem. Mulheres resistirão sempre, até onde for preciso. Juntas.

SUMÁRIO

	CIENTISTAS MULHERES: 9 NOMES QUE FIZERAM A HISTÓRIA	3
	EU NÃO SEREI INTERROMPIDA	4
	AS QUESTÕES DE GÊNERO NA CASA MAIS VIGIADA DO BRASIL	6
	PRECONCEITOS E ESTIGMAS: MÍDIA HEGEMÔNICA ENFRAQUECE LUTA TRANSEXUAL	7
	OS ECOS E A MÚSICA DO 8 DE MARÇO	8
	ESTERILIZAÇÃO, ABORTO E MULHERES NEGRAS REFÊNS DO ESTADO	10
ENSAIO FOTOGRAFICO	JUNTAS, VIVAS E LIVRES	12
	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL MASCULINO?	14
	MULHERES QUE VESTEM MULHERES	15
	EXCLUSÃO DIGITAL: ENTRE A OPÇÃO E A NECESSIDADE	16
	A RESISTÊNCIA DE UMA CONSIDERADA “RAÇA EM EXTINÇÃO”	18
	AS GREVES MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO	20
	CORONAVÍRUS: A LETALIDADE DA FALTA DE INVESTIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA	21
RESENHA	WHAT REMAINS OF EDITH FINCH: UM JOGO QUE SAI DA TELA PARA A MENTE	22
CRÔNICA	PODERIA TER SIDO EU	22
	COMO A CULTURA DA COREIA DO SUL ESTÁ CONQUISTANDO O MUNDO	23
	ENTRE A FÉ E A PERFORMANCE ESPORTIVA: ATLETAS MUÇULMANOS	
	SE ADAPTAM AO RAMADÃ	24

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Maria Amália Pie Abib Andery

REITORA

Fernando Antonio de Almeida

VICE-REITOR

Márcio Alves da Fonseca

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Alexandra Fogli Serpa Geraldini

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Marcia Flaire Pedroza

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Silas Guerriero

PRÓ-REITOR DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

Antonio Carlos Malheiros

PRÓ-REITOR DE CULTURA E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Mariangela Belfiore Wanderley

CHEFE DE GABINETE

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES – FAFICLA

Angela Brambillia P. Lessa

DIRETORA

Cristiano Burmester

DIRETOR ADJUNTO

Urbano Nobre Nojosa

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Mii Saki Tanaka

VICE-CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Fabio Cypriano

COORDENADOR DO CURSO DE JORNALISMO

Endereço: Rua Monte Alegre, 984

Perdizes - CEP: 05014-901

EXPEDIENTE

CONTRAPONTO

Comitê Laboratorial

Cristiano Burmester, Fabio Cypriano, José Arbex Jr., Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

Editora Responsável

Anna Flávia Feldmann

Editora assistente

Ligia Saicali

Mídias Sociais

Manuela Nicotero Pestana

Produção

Raul Vitor

Editorias

Cidades: Sarah Catherine Camara de Seles

Esportes: Henrique Sales Barros

Internacional: Daniel Gateno

Moda: Guilherme de Beauharnais

Política: Giovanna Colossi

Fotografia

Sarah Catherine Camara de Seles

Revisão

Beatriz Aguiar, Gabriella Lopes, Giovanna Colossi, Maria Clara Vieira e Raul Vitor

Foto da Capa: Julia Pestana

Ciclista coberta por uma bandeira LGBTQ• com o rosto de Marielle Franco

JM Desenvolvimento Criativo Ltda-ME

Fone: 11 3679.7746

CONTRAPONTO é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes

CEP 05.014-901 – São Paulo – SP

Fone: 11 3670.8205

Número 124 – Março/Abril/Maio de 2020

CIENTISTAS E MULHERES

9 NOMES QUE FIZERAM HISTÓRIA

Por Gabriel Iquegami e Raíssa Haddock Lobo

Quantas cientistas mulheres você conhece? Se o número for pequeno, não é de se espantar. De acordo com o estudo “Decifrar o Código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)” publicado em 2019 pela UNESCO, apenas 35% dos estudantes do mundo destas áreas são mulheres. O número é baixo, mas em relação a 2018 existe um crescimento de 7%.

O teto de vidro que impede as mulheres de galgar suas carreiras é em grande parte cultural. A figura feminina é atribuída ao papel de mãe e dona de casa, enquanto os homens são vistos como os provedores financeiros. Desigualdade que fica ainda pior quando associada ao racismo. Segundo o Censo de Educação Superior, enquanto havia 6% de alunas negras matriculadas na graduação, com idade entre 20 e 24 anos, a porcentagem de alunas brancas na mesma faixa etária era de 40%.

O caminho é sinuoso e os obstáculos são muitos. Mas, nada é em vão. Publicado em 2017, pela Elsevier – empresa global de informações analíticas, o relatório “Gênero no Cenário Global de Pesquisa”, em tradução livre, aponta um crescimento no Brasil, nos últimos 20 anos, de 11% na carreira acadêmica feminina.

Para exaltar esse papel tão crucial seguem dez cientistas que abriram caminhos, fizeram (e ainda fazem) história.

1. Marie Curie (1867 - 1934)

Com certeza você conhece o exame de raio-x, e o tratamento de radioterapia para câncer. Pois bem, ambos instrumentos da medicina são possíveis por causa de Marie Curie. A cientista foi responsável pelas primeiras pesquisas sobre radioatividade e a descoberta dos elementos químicos rádio e polônio. Ela foi a primeira mulher a conquistar um prêmio Nobel, e a única pessoa a recebê-los em duas áreas diferentes: química (1903) e física (1911).



© Wikicommons

2. Nise da Silveira (1905- 1999)

Natural de Alagoas, Nise cursou medicina – a única mulher entre 157 alunos homens – e se dedicou à psiquiatria. Seu trabalho revolucionou os tratamentos psíquicos no Brasil, por se recusar a usar recursos comuns à época: eletrochoques, confinamento e lobotomia. Em vez disso, ela procurava tratamentos ligados à arte e emoção, como a interação de pacientes com vira-latas. Sua história ganhou até longa-metragem, com Glória Pires no papel principal: *Nise – O coração da Loucura*.



© Alexandre Sant'Anna

3. Virgínia Leone Bicudo (1910 - 2003)

Neta de uma escrava alforriada, Bicudo se formou em sociologia (em uma turma só de homens), tornou-se professora e ingressou no mestrado. Lá defendeu a dissertação “Atitudes Raciais de Pretos e Mulattos em São Paulo”, que abordava o fato de que mesmo quando diferenças sociais diminuem, o preconceito racial permanece. Apesar de ter enfrentado muito preconceito, Virgínia foi peça crucial para a discussão sobre racismo no Brasil. Ainda assim, seu trabalho só foi publicado 65 anos depois de sua defesa.



4. Katherine Johnson (1918 - 2020)

Na época em que os computadores “usavam fraldas”, como brincava Katherine, ela foi peça-chave para a chegada do homem à Lua em 1969. A cientista afro-americana fez carreira na NASA calculando tudo à mão. Mas, mesmo brilhante, até 1958, Katherine e outras cientistas negras trabalhavam em uma sala separada dos brancos, por causa da segregação racial da época. O filme “Estrelas Além do Tempo”, de 2016, foi inspirado nessas mulheres. Em 2017, a NASA batizou um de seus edifícios de “Katherine G. Johnson”.



© NASA

5. Patricia Bath (1942 - 2019)

Pioneira Bath foi a primeira cirurgiã negra da Universidade da Califórnia, primeira estadunidense/americana a atingir o cargo de presidente da residência em oftalmologia na UCLA e a primeira mulher negra a registrar uma patente médica. Ela dizia que “a visão é um direito básico humano”. Registrou, nos anos 80, o “Laserphaco Probe”, um método cirúrgico para dissolver cataratas e recuperar a visão de pacientes cegos há anos.



© Jemal Coutess

6. Katie Bouman (1989 - até hoje)

Em meados de abril de 2019, Katie Bouman era um dos assuntos mais comentados da internet. Isso porque na quarta-feira daquela semana foi divulgado a primeira foto real de um buraco negro (na história). A responsável por



© Divulgação/HET

criar o algoritmo que possibilitou isso foi Katie, comprovando a previsão de Einstein de como seria a icônica figura.

7. Celina Turchi (1952 - até hoje)

A pesquisadora brasileira teve destaque durante a epidemia do zika vírus, em 2015. Em três meses, junto à sua equipe, ela ligou o vírus à microcefalia. A velocidade da descoberta fez com que Turchi fosse reconhecida pela revista científica *Nature* como uma das dez mais importantes cientistas, em 2016, e uma das 100 pessoas mais influentes do mundo, em 2017, pela *Times*.



© USP imagens

8. Ester Cerdeira Sabino (1960 - até hoje)

Ao lado de Jaqueline Goes de Jesus, Ester se destacou em meio ao novo coronavírus. O primeiro caso confirmado da epidemia no país foi em 26 de fevereiro e, apenas dois dias depois Ester e Jaqueline conseguiram sequenciar o genoma do vírus - essencial para que futuramente a vacina possa ser desenvolvida.



© Reprodução/Instagram

9. Juliana Estradioto (2001 - até hoje)

A gaúcha de 19 anos se formou em instituições públicas e é a primeira jovem brasileira da história a ser selecionada para acompanhar a entrega do Prêmio Nobel. Dona de alguns prêmios, Estradioto desenvolveu a partir da casca da macadâmia uma membrana parecida com plástico - que pode ser usada para produzir pele e veias artificiais. Atualmente, coordena também o projeto Meninas Cientistas, criado para dar visibilidade a outras jovens mulheres pesquisadoras.



© Reprodução/Instagram

Mesmo em minoria e lutando contra cortes na educação, a cena feminina na ciência é forte. Especialmente no Brasil, onde as mulheres são responsáveis por 49% das pesquisas publicadas. O aumento dessa representatividade é um empurrão para que mais meninas enxerguem a possibilidade de seguir carreira e contribuir para a cena científica do país. Afinal, lugar de menina é (também) no laboratório.

EU NÃO SEREI INTERROMPIDA

Por Giulia Palumbo,
Isabel Bartolomeu, João Carlos Ambra
e Laura Augusta

Dois anos após a morte de Marielle Franco seguimos com um crime sem respostas e a certeza de um legado de lutas

Em 27 de julho de 1979, no Complexo da Maré, nascia Marielle Franco. Mulher, negra, pobre, da favela e lésbica, atributos que ela não escolheu, mas que se tornaram parte da sua luta. Marielle mãe, defensora dos direitos humanos e vereadora. Filha de Marinete da Silva e Antônio Francisco da Silva Neto, e irmã mais velha de Anielle Franco. A vereadora trilhou caminhos na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, e lutou suas próprias batalhas antes mesmo de se tornar um nome da política nacional. Aos 19 anos, tornou-se mãe; foi dançarina, vendedora ambulante, empregada doméstica e professora, empenhando-se para conseguir recursos a fim de pagar seus estudos. Há dois anos, teve seu legado interrompido por um crime sem respostas.

Marielle ingressou no curso de graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e concretizou o mestrado de Administração Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação, defendida em 2014, teve o foco na atuação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), analisando a política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

A maternidade na juventude foi um dos pontos de impulso para que Marielle se tornasse uma importante defensora dos direitos da mulher, realizando debates dentro das favelas sobre o tema. Além disso, trabalhou em organizações da sociedade, como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré. Também coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - Alerj, ao lado de Marcelo Freixo, hoje Deputado Federal pelo PSOL.

Com 46.502 votos, em 2016, Marielle foi eleita para a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, sendo a quinta vereadora mais bem votada da capital carioca. Durante sua atuação na Câmara, Marielle apresentou 16 projetos de lei, com notoriedade às políticas públicas para as minorias.

Durante a noite do dia 14 de março de 2018, a então vereadora participava de um evento no espaço cultural "Casa das Pretas", na rua dos Inválidos, centro do Rio de Janeiro. Mediou um debate entre jovens negras sobre ativismo e empreendedorismo, promovido pelo PSOL. Segundo a polícia, que consultou imagens de câmeras de monitoramento, havia, próximo ao local, um automóvel modelo Cobalt na cor prata, com placa do município de Nova Iguaçu.

Mais tarde, naquela noite, a vereadora saiu do local do debate, acompanhada de sua assessora, Fernanda Chaves, e do motorista Anderson Gomes. Ao deixarem o local de carro, foram seguidos por cerca de quatro quilômetros pelo Cobalt até o bairro do Estácio, onde a vereadora e o motorista foram assassinados pelos ocupantes do veículo prata. Fernanda sofreu ferimentos por estilhaços. Marielle recebeu três tiros na cabeça e um no pescoço. O motorista morreu com três disparos nas costas. No total, foram treze tiros. Os assassinos fugiram do local

sem levar nenhum pertence e, posteriormente, as investigações revelaram que o veículo dos autores do crime era clonado. As munições usadas no crime não podem ser vendidas a civis. A principal emissora local divulgou que elas pertenciam a um lote vendido à Polícia Federal, e a informação foi confirmada pela Polícia Civil.

A vereadora era reconhecida por fiscalizar a intervenção federal realizada no estado do Rio de Janeiro, chegando a denunciar o 41º Batalhão da Polícia Militar de Acari. Segundo dados da Folha de S. Paulo, desde 2011, o batalhão matou mais de 500 pessoas nas favelas cariocas, sendo apontado pelo Instituto de Segurança Pública como o maior executor dos últimos 5 anos. Semanas antes de sua execução, em discurso na Câmara, ela havia questionado "Quem vigia os vigias?". O delegado do caso, Rivaldo Barbosa, acredita que o crime tinha motivações políticas.

O envolvimento do atual presidente no caso é cada vez mais considerado, uma vez que o porteiro do condomínio no qual reside Bolsonaro citou seu nome, junto com um dos assassinos da vereadora em depoimento. De acordo com a Rede Globo, o porteiro contou à polícia que um dos suspeitos do assassinato, Élcio de Queiroz, teve autorização do próprio presidente para en-

trar no condomínio Vivenda da Barra no dia dos assassinatos. Apesar de "Seu Jair" haver autorizado a entrada de Élcio, a casa que visitou foi de Ronnie Lessa, também suspeito do crime.

Sobre a falta de respostas a respeito do caso, o professor de História da PUC-SP, Amailton Azevedo, aponta que "já se sabe quem matou, mas não se sabe quem mandou matar. Essa é uma questão chave para elucidar como a milícia no Rio de Janeiro pode estar envolvida nesse crime brutal."

Após a morte da ativista, surgiram diversas fake news sobre sua trajetória pessoal e política. O nome de Marielle foi ligado, indevidamente, ao de bandidos e facções criminosas. As notícias foram propagadas por muitas figuras políticas, como o deputado Alberto Braga, pertencente à uma das bancadas de extrema direita do Congresso Nacional, ultrajando o legado da vereadora e tentando silenciar suas lutas.

A execução de Marielle ascendeu em toda a mídia, nacional e internacional, a história e as causas defendidas pela ativista são, atualmente, continuadas por sua família. Em entrevista exclusiva ao Contraponto, Anielle Franco, mestre em jornalismo, contou como é lidar com as tentativas de difamação à sua irmã. "Nenhuma difamação para a gente é saudável. Os primeiros meses foram difíceis, mas agora ainda mais. É complicado", explica. "Eu não consigo digerir e nem separar a razão da emoção quando eu vejo as pessoas xingando, difamando e falando besteira sobre a Marielle".

Questionada sobre a herança deixada pela vereadora, Anielle responde: "O legado da Marielle e toda essa trajetória dela é algo que nos orgulha muito e, ao mesmo tempo, nos deixa boquiabertos. A gente não esperava que isso fosse acontecer dessa maneira, e que tomasse toda essa proporção". E complementa: "Orgulha e, ao mesmo tempo, a gente pensa que poderia ter sido diferente se ela estivesse viva".

O enfrentamento de fãs, de amigos, da família e da mulher de Marielle, Mônica Tereza Benício, continuam para que a justiça seja feita. "A gente não esperava que isso fosse acontecer da maneira que foi e nem que ia tomar a proporção que tomou", afirma Anielle. No último evento que participou, Marielle encerrou a participação com uma frase da escritora feminista negra, Audre Lorde: "Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas".

As pautas defendidas pela ativista não costumam interessar à grande mídia, em sua maioria hegemônica, principalmente por conveniências de capitais e até políticas. Contudo, a



© Sabrina Legramandi

Ato em manifestação ocorrida em 8 de março, dia Internacional da Mulher



Mulher em manifestação do 8 de março

A data de seu assassinato, 14 de Março, tornou-se oficialmente o “Dia Marielle Franco, um dia de luta contra genocídio da mulher negra”. A lei estabelece que instituições públicas e privadas realizem debates e palestras nesta data, com o intuito de incentivar a consciência e a reflexão sobre o assassinato de mulheres negras no país. Nos 2 anos de sua morte, infelizmente, não foi possível seguir com a manifestação programada, mas quem apoia a causa não deixou de demonstrar sua defesa ao movimento.

grande repercussão da execução e a cobrança por respostas fizeram com que a mídia brasileira focasse no caso de modo factual. A atenção originou até uma série do grupo Globo, sobre a sua trajetória e o caso em si. Quando questionado sobre o posicionamento em relação a série, o Instituto Marielle Franco declarou que não podia impedir a sua produção; no entanto, pediram por uma representatividade dentro do programa.

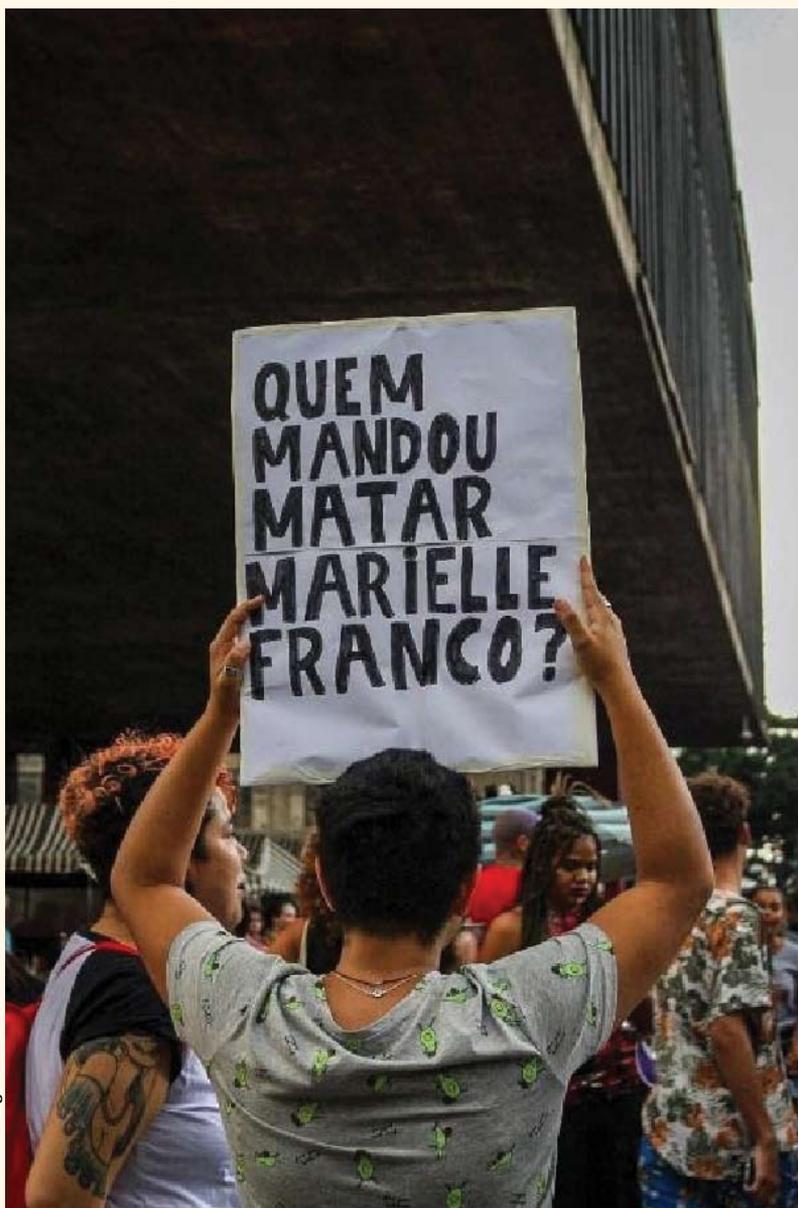
Marielle, sendo mulher e negra, encontrava-se em uma ampla interseccionalidade. Estava no grupo mais acometido pela violência de forma geral, como revela o Atlas da Violência divulgado em 2019, sendo negras 66% das mulheres assassinadas no país. Um grupo que, segundo a filósofa negra, Djamilia Ribeiro, é descaracterizado até mesmo como gênero feminino, apontado sempre como o outro do outro. “A perseguição histórica à mulher negra pode ser compreendida pela representação circunscrita sempre pela figura da mãe ou da mulher sexualmente atraente. Essas duas representações enquadraram a mulher à condição de objeto sexual ou de cuidadora. Uma explícita animalização do corpo da mulher negra”, pontua Amaílton Azevedo.

Marielle ameaçava o patriarcado político e social, com suas lutas que rompiam os estereótipos. Seu legado segue vivo, retirando, dos escombros da vida pública e política, histórias silenciadas e emudecidas. “Acho que a gente agora entende até mais a dimensão dela. Ela representa, não só para gente da família, mas para muita gente, principalmente na favela, na periferia, a galera lgbtq+, muita luta e muita garra. Muita resistência”, acrescenta sua irmã.

No livro *Feminismo em comum*, a filósofa Márcia Tiburi escreveu: “Às vezes um lugar de fala pode ser um lugar de dor, às vezes um lugar de dor pode ser um lugar de fala”. Marielle ocupou espaços que são negados às mulheres negras e se posicionou com suas lutas em seu lugar de fala. Acabou sendo executada por incomodar um sistema patriarcal que tentou silenciar e invisibilizar suas causas, mas que não imaginava que Marielle se tornaria uma semente da resistência das minorias e da luta por justiça. “Eu entendo hoje que a Mari é algo que não é só nosso, é do mundo inteiro.”, finaliza Anielle.

“O LEGADO DA MARIELLE E TODA ESSA TRAJETÓRIA DELA É ALGO QUE NOS ORGULHA MUITO E, AO MESMO TEMPO NOS DEIXA BOQUIABERTOS. A GENTE NÃO ESPERAVA QUE ISSO FOSSE ACONTECER DESSA MANEIRA, E QUE TOMASSE TODA ESSA PROPORÇÃO”

Cartazes lembrando Marielle Franco, no dia da mulher



O Instituto Marielle Franco foi criado pela família de Marielle, como uma organização sem fins lucrativos. O objetivo dessa organização é, além de defender a busca pela justiça ao assassinato da vereadora, compartilhar o legado deixado pela líder social. “O Instituto Marielle Franco tem a missão de preservar a memória dela, trabalhar seu legado e seguir adiante” - Anielle Franco.

AS QUESTÕES DE GÊNERO NA CASA MAIS VIGIADA DO BRASIL

Por **Leticia Galatro Alves**
e **Maria Sofia Oliveira**

O horário nobre da emissora com maior audiência no Brasil, a TV Globo, está recheado de narrativas sobre o machismo, e o assunto tomou conta da vigésima edição do Big Brother Brasil. Em tempos nos quais mulheres lutam por mais respeito e pelo fim do machismo, é necessário debater a responsabilidade do programa na naturalização e banalização da misoginia patriarcal, que objetifica e violenta o corpo e o psicológico das mulheres.

Não é a primeira vez que o *reality show* é alvo de polêmicas que envolvem violência e machismo. Há outros casos de assédio registrados na casa em edições anteriores. No BBB 17, Marcos Harter foi expulso após agredir sua namorada na casa, Emilly Araújo. A decisão foi tomada no mesmo dia em que a Polícia Civil do Rio abriu um inquérito para investigá-lo devido ao seu comportamento no confinamento. A edição deste ano já começou com participantes jogando conforme estratégias machistas.

Hadson Nery, Lucas Gallina e Petrix Barbosa combinaram de seduzir as mulheres comprometidas para que elas ficassem mal vistas pelo público. Em uma das tentativas de colocar o plano em ação, Petrix tocou os seios de uma das jogadoras na casa, Bianca Andrade, e esfregou a cabeça de Flayslane, outra participante, em sua genitália. Como consequência, após deixar o programa, recebeu intimação da Polícia Civil do Rio de Janeiro para depor sobre três tentativas de assédio. Durante sua participação no *reality*, a produção manteve-se omissa.

Outro caso de assédio no BBB 20 envolve o participante Pyong Lee. Em uma festa, Pyong tentou beijar uma das participantes e apalpá-la. Mais tarde, quando Guilherme Napolitano, outro concorrente ao prêmio, tentou falar sobre os assédios cometidos por Pyong, foi silenciado pelo apresentador Tiago Leifert, ao vivo. Ao não permitir um pronunciamento sobre o assunto, a rede Globo está naturalizando e concordando com tais atitudes repugnantes.

O assédio no BBB não é apenas físico. O participante Guilherme envolveu-se em um relacionamento com uma das colegas, Gabriela Martins. Em meio a desentendimentos e discussões, Gabriela apresentava-se diante das câmeras, com cada vez mais frequência, chorando, sofrendo, isolando-se e se mostrando confusa em relação ao seu namoro.

Amigo de todos na casa, o apaixonado e "gente fina" Guilherme é o típico rapaz com cara de bom moço que ninguém imagina o estrago emocional que pode causar. "Se é o que você quer, eu vou te deixar em paz" e "Fiz de tudo por nós, mas tudo bem, você não me quer mais" foram algumas das frases usadas pelo participante diante do sofrimento de sua namorada. Para muitos, as discussões eram normais entre casais, e a reação de Gabriela era considerada normal por tratar-se de uma mulher e, portanto, ela seria mais sensível; mas não: as atitudes dele se enquadravam em violência psicológica.

A capacidade das pessoas de romantizar o sofrimento no relacionamento alheio e de afirmar



© Fotos: Reprodução

Do lado esquerdo, Petrix Barbosa, participante do BBB20. Do lado direito, a sua companheira de confinamento, Bianca Andrade



Guilherme Napolitano, participante do BBB20, em uma discussão com a confinada Gabriela Martins

que, mesmo em um relacionamento abusivo, a obrigação de mudar o rumo da relação é sempre das mulheres, é algo mais comum e recorrente do que se imagina. Segundo depoimento da psicóloga Andreia Barreto de Miranda publicado no blog Vittude, "à medida que sua autoestima é minada, a vítima se fecha, acaba perdendo vínculos sociais e torna-se cada vez mais isolada, o que torna tudo isso mais perigoso, pois, além da vítima se enfraquecer, ela perde aos poucos as referências externas de como é estar num relacionamento verdadeiramente saudável".

Manipulação e chantagem fazem parte dessa categoria de violência. De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2019, 48% das mulheres que deram entrada em unidades de saúde sofrendo violência psicológica apontaram como infratores cônjuges e namorados. No artigo 5º da Lei Maria da Penha, assim como é crime a violência física e o assédio sexual, também define-se como agressão à mulher a violência psicológica. Não se deve pensar apenas no momento em

que ocorre a infração. Esse tipo de violência vai além. Assim como a violência física, a psicológica também machuca. E ambas podem ter o mesmo fim: o feminicídio.

Manifestações na internet contra os infratores foram inúmeras. Porém, a luta em favor das participantes femininas deve se estender à vida fora das telinhas. O que está acontecendo no *reality* acontece a todo momento no mundo exterior. Segundo o Datafolha, no Brasil, a cada 4 minutos, uma mulher é agredida.

Essas agressões chamaram a atenção por estarem ocorrendo em TV aberta, em uma emissora popular. Tais casos de assédio conseguem mostrar uma minúscula parte do que acontece fora das telas. A impunidade da Rede Globo em relação aos participantes que desrespeitaram as mulheres apenas mostra exatamente o que acontece em milhares de casos no Brasil: a impunidade de homens diante de inúmeras denúncias de mulheres.

Big Brother Brasil

O Big Brother Brasil é um *reality show* produzido e exibido pela Rede Globo. Os competidores ficam confinados em uma casa cenográfica, sendo vigiados por câmeras 24 horas por dia. Não é permitido a comunicação entre eles e pessoas fora do confinamento, nem a troca de informações entre eles e o exterior. O programa dura 3 meses e o finalista ganha um prêmio no valor de R\$ 1,5 milhão.

PRECONCEITO E ESTIGMAS: MÍDIA HEGEMÔNICA ENFRAQUECE LUTA TRANSEXUAL

Por Guilherme Dias e Inara Novaes

Em março observou-se uma avalanche de compartilhamentos de um vídeo em que Dráuzio Varella abraçava uma mulher transexual em situação prisional. A comoção com a solidão carcerária enfrentada por Suzy Oliveira há aproximadamente oito anos foi imediata e, posteriormente, transformou-se em cerca de 234 cartas enviadas ao presídio de Guarulhos, na Grande São Paulo.

Mas esse sentimento não foi um consenso; muitos não souberam reagir ao fato de um corpo desviante da normatividade ter invadido suas casas em pleno horário nobre. Em consequência, começou-se a investigar o passado da presidiária, o que revelou não somente o crime cometido por Suzy, mas também a necessidade patente que alguns setores têm de manter mulheres transexuais reféns a estereótipos criminais e perversos, utilizando-se de um caso isolado para justificar a permanência de toda comunidade às sombras da sociedade.

“O senso comum de todos deveria saber separar um caso de toda a população trans, mas obviamente, vai interferir na comunidade trans porque a sociedade é hipócrita o suficiente para igualar uma pessoa à todas. E justamente por isso eu não a coloco no lugar de vítima, porque defender ela seria como colocar a comunidade na mesma moeda. Claro, o preconceito com a comunidade trans é velado, assim como o racismo e esse caso só acrescenta. A discriminação vai aumentar; mas na mesma velocidade que vem essa discriminação as pessoas trans tem argumentos suficientes pra isolar o caso”, disse Serena Alves Gomes, modelo transexual, em entrevista ao **Contraponto**.

Para Victor Siqueira Serra, autor do livro “Pessoa Afeita ao Crime: criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista”, a mulher trans é perpetuada no imaginário social pelos crimes que comete. Seus delitos impedem sua reconciliação social. Para ele, nunca mais será possível falar em segurança para a Suzy, nem dentro, nem fora da prisão. Murilo Gaulês, artista e terrorista poético, acrescenta ainda que a imagem de Suzy ilustrará o ódio estrutural contra todas as mulheres transexuais.

Entretanto, a mesma regra não se aplica a todos os casos, a cobertura midiática brasileira exemplifica o preconceito estrutural: Thor Batista, empresário, atropelou e matou um ciclista na Baixada Fluminense em 2012. Porém, com o pagamento de fiança no valor de um milhão de reais, o jovem não apenas pagou por sua liberdade, mas também apagou o ocorrido da memória da população.

Serena Gomes, lembrou também, o caso envolvendo o goleiro Bruno e a seletividade do senso de justiça da população: “Logicamente eu não posso ser hipócrita, porque se colocar lado a lado o caso dela e do jogador Bruno, é nítido que a forma que a sociedade a julga é com mais força. Porém ela carrega alguns pesos maiores por ser trans, pobre e de periferia, o que acar-

Com pouca representatividade nos meios hegemônicos, pautas transexuais sofrem com estigmas e preconceitos



© Acervo pessoal

Serena Gomes, modelo transexual



© Acervo pessoal

Natasha Roxy, fotógrafa, mochileira transexual e idealizadora do projeto



© Acervo pessoal

Victor Siqueira Serra, ex-advogado e autor do livro *Pessoa afeita ao crime (à dir.)*. E Murilo Gaulês, artista e terrorista poético da Cia dxs (à esq.)

reta mais argumentos pra que o julgamento em geral se torne mais grave. No entanto, mesmo conseguindo analisar os dois casos, eu não posso passar a mão na cabeça dela por ser da população trans da mesma [maneira] que não posso fazer o mesmo pelo Bruno, independentemente da intensidade dos casos. Por isso que o meu senso de justiça não muda para nenhum dos dois. Infelizmente quando ela sair da cadeia, ela não vai ter os mesmos privilégios que o Bruno, e nós sabemos bem o porquê”.

Mesmo preso, Bruno Fernandes recebeu propostas de diversos clubes de futebol; porém muitas transexuais egressas do sistema prisional não possuem a mesma sorte: são poucas as oportunidades de trabalho que lhes são oferecidas, ou praticamente nulas, e muitas se veem obrigadas a retornar à prostituição e à venda de drogas como complemento de renda. O ciclo de reincidência criminal perpetua-se pois muitos dos programas não são pagos, ou seja, muitas acusações de roubos cometidos por travestis e transexuais são, na realidade, a cobrança de serviços sexuais não remunerados.

A polícia e a prisão estão no cotidiano da mulher trans, que são vistas como criminosas pelo que são. Socialmente sujeitas a serem qualificadas como putas ou bandidas. De acordo com Murilo Gaulês, a mídia cria uma estratégia

bélica, em que os discurso e narrativas tornam-se arma contra grupos minoritários, contribuindo para essa marginalização. O poeta acrescenta ainda que, para reverter esse cenário, antes de lermos ou estudarmos sobre a população transexual é necessário integrá-la em nosso cotidiano e em nossos círculos de convívio.

Para Natasha Roxy, mulher trans, fotógrafa e mochileira, é preciso abordar as pautas transexuais de maneira mais consistente: “Falando de nossas vivências de maneira que não sejam romantizadas demais, que mostre a realidade e que inclua histórias coerentes. Isso não significa que a história da Suzy não tenha sido coerente, o que acontece é que as pessoas ainda não estão preparadas para falar sobre temáticas cruzadas, como a vivência trans dentro do sistema carcerário e suas problemáticas”.

“A mídia precisa fazer essa pauta ser algo na primeira pessoa (eu) e na terceira pessoa do plural (nós) e não (eles ou elas)”, acrescenta a fotógrafa – advertindo sobre a necessidade de a imprensa ceder espaço de fala às minorias, valorizando o caráter subjetivo da experiência e, simultaneamente, reconhecendo que o combate à discriminação não limita-se ao indivíduo, mas sim ao coletivo.

OS ECOS E A MÚSICA DO 8 DE MARÇO

Por Júlia Rugai, Ramon Henrique, Sara de Oliveira e Tabitha Ramalho

Oito de março tem a força de um eco que foge das singularidades e que grita coletivamente por direitos. Grito que representa a todas, incansavelmente, todos os dias. O dia Internacional pela Luta dos Direitos da Mulher tem nem sempre se comportado da maneira como o vivenciamos hoje em dia.

Oficializado em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a data nasceu de raízes históricas profundas. Diferente do que muitos costumam pensar, sua origem é de uma luta operária. Do suor que pingava pelas longas jornadas de trabalho, os movimentos emergiram no interior das fábricas, em meio a um momento muito instável da economia industrial norte-americana.

O Dia da Mulher foi assim nomeado durante manifestações de mulheres socialistas, que aconteceram no último domingo de fevereiro de 1908. Existem diversas versões que compõem esse dia histórico. Episódios marcantes da luta feminina na sociedade, que ainda fermentam os movimentos feministas atuais e contribuem para seus múltiplos significados na vida das mulheres.

“O feminismo abriu meus olhos. Minha mãe e minha tia me disseram que a frase que eu mais gostava de repetir quando criança era que as coisas não eram justas. Depois do feminismo, tudo ficou mais claro para mim”, diz Letícia Almeida, estudante de Ciências Sociais da Unicamp.

“O que chega ao ouvido das mulheres com as redes sociais é o feminismo liberal, que acredita que a nossa emancipação vem do individual. O que na verdade é uma falácia, porque nós mulheres somos feitas de diversidades”, acrescenta Letícia.

Ainda existe uma grande parcela das mulheres que não se reconhece como feminista, muito pelo tamanho da informação que lhes é apresentada. Os feminismos liberal, radical, marxista, negro e interseccional, ajudam a compor todo o conhecimento e força que o feminismo representa hoje em dia. “O feminismo não pode ser só para mim. Acredito muito que a luta feminista tem que ter intersecção com a luta negra, com a comunidade LGBTQIA+ e com a luta de classes. Não diminuo nenhuma das ondas, ainda que, no meu ver, o feminismo liberal não contempla todas as necessidades atuais, mas acho importante reconhecer todas elas”, diz.

O feminismo é diverso e não tem nacionalidade. Entretanto, a luta das latinas é completamente diferente das asiáticas, das anglo-saxônicas e de outras naturalidades. Em 25 de novembro de 2019, foi comemorado no Chile o Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres. Neste dia, feministas chilenas com seus olhos vendados ecoaram em pontos estratégicos da capital, Santiago, os dizeres: “O patriarcado é um juiz que nos julga por nascimento, e nosso castigo é a violência que agora já vê”; “E a culpa não era minha, nem de onde estava e nem de como me vestia); “São os

O mês das mulheres relembra as raízes históricas da luta feminista e mostra como as mulheres estão dominando a indústria fonográfica



© Heloisa Lisboa

8M na Avenida Paulista, São Paulo

tiras, os juízes, o Estado, o Presidente”. Como resultado das manifestações, essas mulheres, que antes eram caladas, impactaram não só o governo chinelo, como todo o mundo.

No México, nos dias oito e nove de março de 2020, a marcha do 8M não foi como dos outros anos. Três mulheres foram assassinadas na madrugada. Por conta desse feminicídio, o México inteiro foi sensibilizado: “Senhor, senhora, não seja indiferente, matam as mulheres na nossa cara”. O 9M é conhecido como “No nove, nenhuma se move”, devido a toda violência, abuso sexual e a alta taxa de feminicídio (cerca de 10 mulheres mortas por dia). Nesse dia, acontece uma parada nacional de mulheres, uma manifestação: nenhuma mulher na rua, no trabalho, nas escolas ou universidades. #UnDíaSinNosotras.

A luta feminista não é feita apenas nas ruas. Ela é parte também das rotinas, até das mais pacatas. A luta migra das passeatas e emerge nas salas de aula, escritórios, nos almoços de família e se transforma na sua habilidade de se expressar.

Atualmente, uma das maneiras de divulgar o feminismo é através da música. Cada vez mais as mulheres estão dominando a indústria fonográfica e, para celebrar o mês das mulheres, aconteceu em São Paulo, nos dias 7 e 8 de março, a primeira edição do Festival GRLS!.

Nos dois dias aconteceram talks com grandes nomes falando da importância da mulher na sociedade, papéis de gênero, questões ligadas ao feminino em diversas áreas, dos movimentos

feministas e das conquistas das mulheres, que devem ser lembradas sempre e não somente em um dia. Além dos talks, tiveram shows com Kylie Minogue, Linn Da Quebrada, IZA e Little Mix. Todas elas celebram, em suas canções, as mulheres, amizades e lutas.

O festival também contou com a participação do grupo musical Mulamba. A banda curitibana, formada por Amanda Pacífico, Cacau de Sá, Caro Pisco, Fer Koppe, Naira Debértolis e Nat Fragoso, já destaca seu empoderamento através de seu nome: em uma entrevista para a revista AzMina, uma das integrantes conta que o nome do grupo se deu através da resignificação da própria palavra. “Entendemos que a nossa visão quebra esse entendimento pejorativo, estereotipado do ponto de vista da sociedade patriarcal na qual estamos inseridas, e resignifica a palavra mulamba para demonstrar força e protagonismo”, diz Cacau de Sá, na entrevista. Desde 2015, a banda expressa sua pluralidade de vozes e luta através da música e da poesia. Falam com seu jeito único coisas que, muitas vezes, teimamos em não escutar e constatam que na “era da vagina”, a arte tem grande potencial.

Os discursos feministas se popularizaram fortemente nos últimos anos, permitindo que entrassem em contato com estilos musicais diversos, como é o caso do funk. Muitas Mc’s têm reivindicado a livre expressão do corpo da mulher em seus vídeos, dando forças ao empoderamento. Thais da Silva, mais conhecida como



Passeata do dia das mulheres, 2020



Festival GRLS!



8M no Chile

Mc Tha, nasceu em um bairro da Zona Leste de São Paulo e é uma figura extremamente importante da autoaceitação das mulheres negras no funk. Com o racismo fortemente impregnado em nossa sociedade, são ainda mais comuns os estereótipos de sensualidade e vulgarização das mulheres negras. Mc Tha imprime em seu trabalho o empoderamento das mulheres que não se encaixam nos padrões estéticos impostos. No início de sua carreira, enfrentou vários preconceitos por ser da periferia, e trata com importância a representatividade de meninas com a mesma origem em seus videoclipes.

MC Linn da Quebrada “está sempre em desconstrução”, como canta em uma de suas músicas. Cresceu no interior paulista em uma família simples e religiosa. Transexual de 25 anos, MC Linn aborda em suas letras o olhar dos marginalizados pela sociedade. Em uma entrevista ao portal G1, ela diz: “Passei uma vida inteira ouvindo que ‘ser viado não é uma coisa legal’, que ser travesti é perigoso e vai trazer problemas. E eu não estou dizendo que é fácil, mas que é possível e lindo ser transviada - é uma possibilidade feliz”, afirma. A artista complementa: “Eu venho de uma criação religiosa muito rígida, eu era testemunha de Jeová, então tive o corpo

muito disciplinado, domesticado pela Igreja e pela doutrinação, que me privava dos meus desejos. Era como se ele não me pertencesse. Até eu tomar o bastião de liberdade há alguns anos e me assumir”. Através do funk ela encontra a forma de expressar a sua poesia.

Dona dos hits “Pesadão” e “Ginga”, Iza veio de uma família humilde do subúrbio do Rio de Janeiro. Começou sua carreira fazendo covers no YouTube, o que lhe ajudou a ficar cada vez mais conhecida. Em 2018, lançou seu primeiro álbum “Dona de mim”, uma música que reflete o empoderamento feminino. Recebeu indicação no Grammy Latino e, desde então, tem ganhado cada vez mais destaque. Iza é uma das principais revelações musicais brasileiras da atualidade, e leva consigo, dentro e fora dos palcos, questões sobre o racismo vivido na indústria musical e a padronização dos corpos femininos.

Direto do Reino Unido, a girlband Little Mix foi ganhadora do programa de TV “The X-Factor UK”, em 2011, e que, hoje, carrega sucessos pelo mundo todo. O grupo é formado por Jade Thirlwall, Jesy Nelson, Leigh-Anne Pinnock e Perrie Edwards. Em 2012, lançaram seu primeiro álbum de estúdio “DNA”, e com o passar dos anos, as meninas foram ganhando cada vez mais

notoriedade, batendo o recorde das Spice Girls e vendendo mais de 3 milhões de álbuns ao redor do mundo. O último álbum “LM5”, lançado em 2018, é o reflexo de como as integrantes prezam pelo empoderamento feminino, com músicas como Joan Of Arc, Woman’s World e o lead single Woman Like Me, com parceria de Nicki Minaj.

Já a artista Kylie Minogue, nascida na Austrália, iniciou seus trabalhos na TV australiana, conseguindo seu primeiro papel aos 11 anos. Com o grande sucesso da série onde atuava, Kylie decidiu, então, se lançar na carreira musical com o single “Locomotions”. Em 1990, ela teve um curto romance com um dos integrantes do grupo INXS, que a aconselhou a mudar suas melodias “melosas” para mais dançantes, o que não agradou muito seus produtores. Em maio de 2005, ela foi forçada a parar a turnê por conta de um câncer no seio, mas, após o tratamento, Kylie retornou aos palcos com sua turnê que havia abandonado. A cantora expressava sua representatividade em uma forte carreira na indústria musical, ainda em tempos em que não havia quase nenhum espaço para mulheres no ramo.

ESTERILIZAÇÃO, ABORTO E MULHERES NEGRAS REFÉNS DO ESTADO

Por Inara Novaes, Laura Augusta,
Sarah Catherine Camara de Seles
e Vitória Macedo

Em 1888, a princesa Isabel assinava a Lei Áurea, que levava à abolição da escravidão no Brasil, o que fez com que ela fosse pintada como heroína e salvadora daqueles que foram escravizados por 300 anos. Contudo, a lei não apresentou nenhuma alternativa e não houve nenhum tipo de política de Estado que levasse em conta como seria a vida dessas pessoas após estarem livres. Os únicos dois artigos da lei são: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.” Ademais, ela não foi a precursora bondosa; por trás dessa decisão existem levantes e movimentações populares, que foram, em sua maioria, lideradas por homens negros, como Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças.

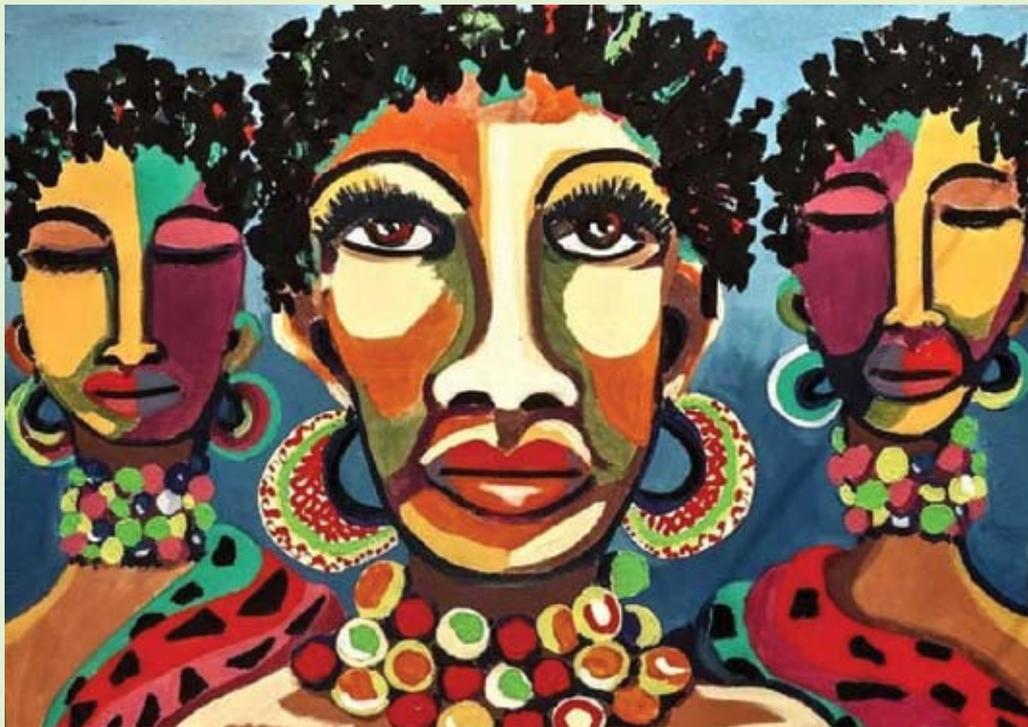
A sociedade não enxergava os negros que foram escravizados como seres humanos. Eles eram vendidos e tratados como objetos sem valor, e o período pós abolição os colocou à margem das cidades. Alguns continuaram nas casas dos senhores de engenho e “trabalhavam” em troca de comida, visto que não tinham como se sustentar. Outros fugiram para quilombos ou foram trabalhar nas áreas rurais.

O quadro geral era caracterizado por muito sofrimento e luta e, a partir do momento em que é feito um recorte de gênero, nota-se que as mulheres negras sofriam ainda mais pelo fato de serem mulheres. O início da luta feminista no século 19 foi marcado por mulheres brancas que pertenciam às classes média e alta. Elas reivindicavam o direito ao voto e o ingresso no mercado de trabalho. Enquanto isso, as mulheres negras lutavam por sua liberdade, através do fim da escravidão. Ambos os movimentos são feministas e buscam pelos direitos das mulheres. No entanto, existe um recorte que ultrapassa a questão de gênero, que é a cor.

A década de 1960 foi marcada pela libertação sexual e colocou em pauta a luta das mulheres negras e indígenas, visto que, até então, o movimento feminista era encabeçado por mulheres brancas. O final dos anos 1970 e a década de 1980, quase um século após o 13 de maio de 1888, foram muito importantes para o início do feminismo negro. Esses anos foram palco de dezenas de acontecimentos, nos quais houve maior participação de mulheres na política e, por consequência, debates sobre direitos reprodutivos e saúde. Isso levou a uma organização das mulheres negras na luta pelos seus direitos, uma vez que o recorte do racismo encaminha para outras necessidades.

Desde o início do feminismo negro no Brasil, a saúde reprodutiva da mulher negra fez parte da luta devido à sua ligação intrínseca com o racismo estrutural na sociedade. A dominação do corpo negro é algo histórico, já testado na época da escravidão. A mulher negra, além de

As negligências na saúde reprodutiva como política velada de embranquecimento da população



A força das mulheres negras

© Agnali, Pixabay

ser tida como forte, é também taxada como um corpo utilizado para dar prazer e para reproduzir. Como diz Grada Kilomba (escritora, psicóloga e teórica, que estuda o racismo pós-colonialismo) “o outro do outro” está na encruzilhada entre raça e gênero.

O racismo tem como característica, além da construção das diferenças, os valores hierárquicos. É isso o que faz com que a sociedade branca se sinta no direito de controlar a natalidade e o planejamento familiar de negros e pobres. O racismo é institucional e enraizado por haver tratamentos desiguais em operações cotidianas, nas instituições e serviços. Longe de ser algo apenas ideológico.

Com a eugenia, historicamente adotada no Brasil após a escravidão, houve uma tentativa de controlar o crescimento populacional de pessoas negras. Os negros estavam expostos e sendo comandados por uma elite branca. Mais do que isso, estava em vigor o ideal de embranquecimento. O médico e antropólogo João Batista Lacerda apresentou sua tese sobre o assunto no 1º Congresso Internacional de Raças em Londres, em 1911. Nele, defendia a miscigenação para acabar com a população negra e indígena. Utilizava como ilustração o quadro “A Redenção de Cam”, de Modesto Brocos de 1895, no qual uma senhora negra agradece aos céus o neto branco, nos braços da mãe mestiça com o pai branco ao lado.

Outros intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre, viam a mestiçagem como um remédio para a sociedade brasileira. Ele acreditava em uma homogeneização que tornasse todos iguais, elevando o conceito de democracia racial. Todavia, por trás de discursos como este, o histórico de marginalização da comunidade negra era esquecido.

A imigração no período colonial pós abolição até a década de 50 serviu para o branqueamento do Brasil. Dispositivos legais foram adotados no país, como mostra a Enciclopédia Brasileira da Diáspora ao relatar que, em 1921, os então deputados federais Andrade Bezerra e Cincinato Braga elaboraram um projeto no Congresso Nacional que proibia a imigração de “indivíduos humanos da raça de cor preta”. Alguns anos mais tarde, em 1945, Getúlio Vargas dispôs no artigo 2º do decreto-lei nº 7.67: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia (...)”

A esterilização entrou, portanto, como um processo político do branqueamento. Essa era uma prática genocida a partir de uma perspectiva racista. “A esterilização é uma herança da escravidão, uma herança das estratégias de genocídio da população negra, o encerramento reprodutivo de uma mulher negra é você encerrar, é você controlar um contingente populacional.” como

aponta Emanuelle Goes, enfermeira e coordenadora do Programa de Saúde das Mulheres Negras em entrevista ao Contraponto. A esterilização em massa aconteceu em um período no qual o feminismo negro se fortalecia no Brasil. “Ocorreu sobretudo nas décadas de 70 e 80 com as mulheres negras, mulheres pobres, mulheres indígenas, da região nordeste, com essa estratégia de genocídio dessas populações. E aí a gente tem um momento de redução dessa estratégia pelo menos de forma visível”, expõe a enfermeira.

Acometidas por uma violação dos seus Direitos Reprodutivos apontados pela Constituição Federal, na qual consta que o Estado deve garantir a todos uma livre decisão do planejamento familiar, uma vez que este é o responsável por proporcionar recursos para o exercício desse direito, excluindo qualquer forma coercitiva por parte de instituições sejam elas oficiais ou privadas. Muitas vezes, estas mulheres são levadas a optarem pela esterilização por uma falta de assistência aos seus direitos. “Têm as mulheres que terminam desejando a esterilização, porque não têm outras alternativas de métodos mais eficientes na sua continuidade. O serviço oferece pílula, mas, chega no mês seguinte, talvez não tenha. Então, essas mulheres não conseguem planejar a sua gravidez de forma tranquila para que não precisem se preocupar com isso, e aí muitas vezes a medida radical, que é a esterilização, é a mais eficiente para elas”, explica Emanuelle.

Segundo a coordenadora, a esterilização forçada das mulheres negras ainda ocorre no Brasil, mas diferentemente de como acontecia

nas décadas de 70 e 80. Estas práticas eram feitas de forma escancarada, hoje elas acontecem de maneira sutil. “Nós sabemos que a esterilização forçada acontece. Eu não posso dizer que a gente tem essa evidência como tinha antes, que era uma coisa aberta, mas a gente vai ter alguns casos no Brasil que foram ocorrendo e foram sendo denunciados, sabemos que é muito maior”, pontua Goes.

No entanto, para mascarar os atos de encerramento da reprodução destas mulheres, são criados mecanismos engenhosos para fazer estas violações. A coordenadora cita o caso ocorrido em abril de 2019, em Porto Alegre. Na ocasião, o Ministério Público do Rio Grande do Sul firmou um Termo de Cooperação em conjunto com o município de Porto Alegre, a empresa farmacêutica Bayer, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e o Hospital Presidente Vargas, termo no qual era autorizada a colocação de um método contraceptivo de longa duração de introdução uterina em adolescentes que estão em abrigos públicos. “Temos um outro método também que tem a ver com o controle de natalidade. As meninas iam usar o sistema intrauterino, o SIO, a partir dos 10 anos de idade, iam ficar com esse sistema intrauterino durante 10 anos. E foi aí que entrou o conselho nacional de saúde, o movimento de mulheres negras. Nós entramos com várias ações para impedir esse processo”, relatou Goes.

Outro caso recente que ganhou destaque foi o de Janaina Aparecida Quirino. A mulher,

que se encontrava em situação de rua, foi esterilizada sem seu consentimento. Sua condição de vulnerabilidade social foi o suficiente para que a mesma tivesse a humanidade subtraída de si: “Os direitos humanos das mulheres incluem seu direito de controle e decisão, de forma livre e responsável, sobre questões relacionadas à sexualidade, incluindo-se a saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência”, de acordo com a 4ª Conferência Internacional sobre a Mulher, em Pequim, 1995.

Janaina não teve seu direito de controle, tampouco de decisão respeitados. Ela foi silenciada e desmaterializou-se diante dos olhos daqueles que se apropriaram de seu corpo, sem que fosse consultada ou defendida.

“Temos alguns casos [de esterilização involuntária]. Por exemplo, o da moradora de rua que teve autorização do médico que resolveu interromper a sua vida reprodutiva porque dizia que ela não tinha condições, e aí precisou uma ação do Ministério Público para mediar essa decisão (...) sem considerar a autonomia de Janaina”, comentou a enfermeira.

Como consta no processo do Tribunal da Justiça, “Janaina não tinha condições de fornecer os mínimos cuidados que seus filhos necessitavam e não demonstrava discernimento para avaliar as consequências de uma gestação”. Entretanto, mulheres que apresentam tal discernimento e buscam interromper a gestação, têm seu pedido negado, como no caso de Rebeca Mendes Silva Leite, estudante de direito e mãe de dois filhos que, no auge de seu sofrimento, protocolou uma ação no Supremo Tribunal Federal para ter acesso ao procedimento de maneira segura.

Na ocasião, não se importaram com o fato de Rebeca declarar assumidamente não ter condições de fornecer os mínimos cuidados que seus filhos necessitariam. “No dia 11 de fevereiro de 2018, eu serei uma mulher desempregada, tenho um contrato de trabalho temporário no IBGE e, nessa data, ele se encerra sem possibilidade de prorrogação. Serei então, uma mãe de dois filhos, desempregada e grávida. Se já é difícil para uma mulher com filhos pequenos trabalhar em nosso país, é impossível uma mulher grávida conseguir um trabalho para qualquer atividade que seja. Seremos três pessoas passando necessidade”, pontuou a estudante de direito em entrevista à ThinkOlga, organização com enfoque em gênero e intersecções.

Diante das circunstâncias, ninguém, além de Rebeca, temeu pelo futuro incerto daquela criança. Os mesmos grupos que privaram Janaina de ter filhos, a crucificaram. O problema não é o pavor de submeter inocentes a situações de risco, mas sim de assistir mulheres decidirem sobre os seus próprios corpos.

Mulheres em situação de vulnerabilidade são descritas como ignorantes que só sabem colocar mais miseráveis e criminosos no mundo, como afirmou o presidente da República, Jair Bolsonaro, em 2013: “Tem que dar meios para quem, lamentavelmente, é ignorante e não tem meios para controlar a sua prole. Porque nós aqui controlamos a nossa. O pessoal pobre não controla [a dele]”. De fato, é necessário dar meios à quem não tem. Auxiliando mulheres com acesso à concepção e contracepção regulares, como previsto na lei do planejamento familiar e não apenas lhes dando uma vida repleta de mazelas, para que depois tenham sua humanidade e o seu aparelho reprodutor sequestrados pelo Estado.



**A redenção de Cam,
Modesto Brocos, 1895**

JUNTAS, VIVAS E LIVRES

"Se cuida seu machista, a América Latina vai ser toda feminista!" diziam os gritos de mulheres em uníssono no dia 8 de março conhecido como o Dia Internacional da Mulher.

Com força e estridência, as vozes femininas, unidas em coletivos ou em grupos sindicais e partidários ecoavam pela Avenida Paulista exigindo mudanças de cunho social e político. O jogral cantado deixou evidente que a força e a união diante do "Ele não" estão tão presente quanto Marielle.

O dia cinza, mas os cartazes, faixas, roupas e instrumentos coloriram a cidade e a chuva não foi o suficiente para impedir que a manifestação ocorresse de forma VIVA.

Um domingo que nos mostrou a força e a vontade das mulheres em percorrer um caminho rumo 11 à igualdade que, mesmo longo e cheio de obstáculos, é cada vez mais possível.



© Heloisa Lisboa

Mãe abraçada com filha na manifestação que ocorreu no dia 8 de março



© Heloisa Lisboa

Livres e sem medo



© Heloisa Lisboa

Música e mulheres negras no ato 8M



© Heloisa Lisboa

Vozes sendo evocadas



© Júlia Pestana

Ciclista coberta por uma bandeira com o rosto de Marielle Franco



© Júlia Pestana

Representantes sindicais e de coletivos feministas



© Júlia Pestana

Mãe e filha no ato 8M. Na máscara da criança diz: "o machismo mata mais que vírus"



© Sabrina Legramandi

Ato 8M



© Sabrina Legramandi

Mulheres segurando cartazes na manifestação de 8 de março



© Sabrina Legramandi



© Júlia Pestana

A força das mulheres



© Sabrina Legramandi

Nem mesmo a chuva impediu as manifestações

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL MASCULINO?

Por Henrique Mansano e Ivan Marino

CBF busca se tornar sede de um torneio feminino sem nem ao menos ser receptiva às mulheres em sua gestão

A CBF (Confederação Brasileira de Futebol) protagonizou um curioso ocorrido ao se reunir com a Uefa (União das Associações Europeias de Futebol, na sigla em português) para angariar apoio à candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo de futebol feminino de 2023.

Segundo apontou Tariq Panja, jornalista do *The New York Times*, não havia uma só mulher na comissão que viajou à Europa para buscar apoio na realização de um campeonato... feminino!

Outras federações de países candidatos, como da Austrália e da Nova Zelândia – com candidatura conjunta – e da Colômbia, também pecaram ao levar uma comissão majoritariamente masculina ou com apenas uma pessoa, sendo esta homem. Apenas o Japão, com duas mulheres e um homem na comitiva, fez diferente.

A CBF possui em sua direção doze cargos de diretores, além de oito vice-presidentes. Nenhum desses cargos é ocupado por uma mulher. Apesar dessa falta de equidade na organização, o projeto para a organização do Mundial é baseado na igualdade de gênero, segundo a mesma.

Em documento enviado à Fifa (Federação Internacional de Futebol, na sigla em português), a CBF diz que “ainda existem vários obstáculos para a equidade plena, incluindo questões de trabalho, saúde, educação, política e a persistência de várias violências baseadas em gênero”.

“Nós vamos continuar a ênfase em promover a igualdade de gênero e prevenir todas as formas de assédio”, conclui o documento. Incluir uma mulher em sua direção talvez possa ser um grande passo rumo a essa, até então, invisível equidade.

Guiada pelo recente sucesso do Mundial da França no ano passado, a CBF busca o lucro. A luta por igualdade parece, na prática, pouco lhe importar.

Segundo um estudo da Fifa, lançado no fim de 2019, que mostra quantas mulheres jogam futebol em cada país, o Brasil tem um total de 15 mil mulheres disputando campeonatos amadores e profissionais.

Os Estados Unidos, tetracampeões, e atuais bicampeões do mundo, têm 600 vezes mais mulheres praticando o esporte, o que dá quase cerca de 9,5 milhões de mulheres jogando no país. Na Argentina, são mais de 27 mil. Na Venezuela, ao menos 24 mil mulheres praticam futebol.

Falar de tal esporte no Brasil sempre envolveu falar de histórias de lutas e resistências. Os primeiros relatos da prática do futebol pelas mulheres no país datam de 1920, e falam de apresentações circenses. Sim, a mulher como um espetáculo de circo, como se fossem mero entretenimento, desprovido de caráter esportivo e profissional.

Em 1941, as mulheres foram proibidas de praticar o esporte por meio de um decreto-lei. A medida foi renovada em 1965, dizendo que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza,



“Pé de mulher não foi feito para se meter em shooteiras”, diz manchete de jornal de 1941, ano em que decreto proibindo futebol feminino foi assinado no Brasil



Mulheres jogando futebol na década de 30

devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

Apenas em 1979 o decreto-lei caiu, e os anos 1980 foram os mais importantes para a construção do futebol feminino profissional. Ainda sim, no Mundial de 1988, na China, o primeiro organizado pela a Fifa, as barreiras às mulheres ficaram mais uma vez visíveis com as

jogadoras utilizando uniformes que sobravam das equipes masculinas.

Apesar de hoje ser uma prática legal, o futebol feminino ainda sofre com a falta de apoio da CBF e das federações estaduais, dos clubes, seus patrocinadores e governo. Se não fosse por isso, o seu amplo crescimento nos últimos anos poderia ser ainda maior.

MULHERES QUE VESTEM MULHERES

Por **Guilherme Bittencourt**
e **Melissa Machado**

*As mãos femininas por trás dos guarda-roupas de revoluções,
guerras e tempos de paz*

Agosto de 1793. A “rainha da moda” (e da França), Maria Antonieta, é levada para prisão da Conciergerie, em Paris, onde aguardaria sua execução. A mais sofisticada mulher da Europa entrava em sua cela vestida de preto, com meias de seda da mesma cor. Um toucado, também negro, cobria os cabelos brancos e um par de saltos de cetim “preto-ameixa” sustentava a viúva de 37 anos. As peças de roupa que acompanharam a rainha em suas últimas semanas de vida eram todas do Le Grand Mogol, ateliê de Rose Bertin.

Madame Bertin foi a mais celebrada modista do século XVIII, ainda antes do início da alta-costura na França, que ocorreria no século seguinte. Considerada a “Ministra da Moda” pela corte francesa, sobreviveu a Revolução, mas faleceu, em 1813, no anonimato. Pelas próximas décadas, a moda seria dominada por homens, como Alexis Lavigne, Charles Frederick Worth e Jacques Doucet.

Foi a partir do fim do século XIX que as mulheres começaram a receber amplo reconhecimento por seu protagonismo na moda. Em 1891, Madame Paquin abriu seu ateliê, seguida por Jeanne Lanvin, que inauguraria o seu em 1909. Em 1921, seria a vez de Gabrielle “Coco” Chanel e, finalmente, a de Elsa Schiaparelli, em 1939. Cada uma delas, a seu próprio modo, inovou nas formas de pensar o corpo da mulher e expressar a feminilidade.

Chanel, por exemplo, propôs uma estética masculina para as mulheres, inspirada no estilo de seus muitos amantes. Traduziu para o guarda-roupa feminino as camisas listradas da marinha francesa, que observou em suas viagens pelo Mediterrâneo no iate do Duque de Westminster. Trouxe jaquetas e calças de montaria, que conheceu através de Étienne Balsan, socialite parisiense apaixonado por cavalos. E criou, também, o tailleur – terninho que se tornaria símbolo da marca por sua elegância e conforto. Esse teria tido suas origens nos ternos de Arthur “Boy” Capel, um empresário inglês por quem Chanel foi apaixonada.

Contrária ao estilo sóbrio e andrógino de Chanel, a italiana Elsa Schiaparelli produziu roupas divertidas, mas não menos sofisticadas. Além de introduzir na moda o “rosa-choque”, em oposição ao preto característico da rival, colaborou com muitos artistas para fazer suas coleções, como Salvador Dalí e Jean Cocteau. Durante a Segunda Guerra Mundial, Schiaparelli ficou nos Estados Unidos e, ao retornar à Europa após o fim dos conflitos, viu seu estilo lúdico e colorido tornar-se obsoleto diante da austeridade do pós-guerra. Mergulhada em dívidas, ela acabou por deixar de vez a moda em 1954.

Coco Chanel, que havia fechado seus ateliês em 1939, voltou a abri-los também em 1954, mas assim como sua adversária, suas criações estavam se tornando defasadas e caretas. O pós Guerra viu surgir uma nova geração de estilistas, em sua maioria homens, como Christian Dior, Pierre Balmain, Hubert de Givenchy, Yves Saint Laurent e Karl Lagerfeld (esse último viria a

assumir o ateliê Chanel em 1983, revitalizando a marca e tornando-a relevante novamente).

A partir dos anos 1970, entretanto, novos rostos femininos começaram a figurar. Vivienne Westwood, rebelde e ativista, esteve no cerne do movimento punk em Londres. Considerada a “mãe dos punks”, ela mesclou estilos e estéticas, unindo elementos históricos a figuras da cultura pop. Em 1985, Miuccia Prada assumiu a direção criativa da marca que leva seu sobrenome, fundada por seu avô em 1913. Aclamada pela crítica, abriu, anos mais tarde, a Miu Miu, uma marca voltada para um público mais jovem e descontraído. A estilista, que possui doutorado em Ciências Políticas, é engajada com questões de sustentabilidade e consciência ambiental, assim como Westwood.

Também na década de 70, outros dois nomes masculinos se tornaram referências na moda: Giorgio Armani e Gianni Versace. Armani, hoje com 85 anos, continua a criar, mas acredita-se que sua sucessora será sua sobrinha, Roberta. Já Versace, que expirava sensualidade com suas coleções, foi assassinado em 1997, deixando a marca para sua irmã, Donatella. Como estilista, ela se revelou tão provocadora quanto o irmão, mas ressignificou a ideia de mulher, que passou a ser a protagonista de sua própria vida, e não mais apenas bonita e sensual, como era com Gianni.

Nos últimos anos, houve uma nova onda de ascensão feminina aos principais cargos nas grandes marcas de moda mundial. A italiana Maria Grazia Chiuri assumiu, em 2016, a direção criativa da Dior, sendo a primeira mulher a ocupar

o cargo desde a fundação da marca, em 1947. Suas coleções trazem sempre mensagens feministas, reforçando o posicionamento da estilista. Em 2017, depois de seis anos na direção da Chloé, a inglesa Clare Waight Keller se tornou a mulher à frente da criação da Givenchy e, assim como Chiuri na Dior, foi a primeira desde a criação do ateliê, em 1952. Keller foi muito prestigiada ao ser escolhida para criar o vestido de casamento de Meghan Markle para o seu casamento com o Príncipe Harry, em 2018.

Outro destaque, ainda mais recente, é Virginie Viard, que assumiu a criação da Chanel no ano passado, após a morte de Karl Lagerfeld, o que colocou novamente o ateliê em mãos femininas desde a morte da fundadora, em 1971. Francesa, Viard já trabalhava na marca desde 2000 e foi por quase duas décadas o braço-direito de Lagerfeld. Desde sua ascensão, já apresentou coleções que dialogam com o passado da maison Chanel e com a história de Coco, sem deixar de colocar seus toques pessoais.

Seja no século 18 ou no 21, não é à toa que mulheres como Bertin, Lanvin ou Chanel se tornaram referências. Assim como os estilistas homens, elas projetam em suas criações seus próprios desejos e aspirações, mas, diferente deles, são capazes de sentir o impacto de seus trabalhos no próprio corpo. Em diferentes épocas, traduzem suas percepções e expectativas em roupas que chocam ou encantam. A presença feminina na moda hoje não é inédita, mas é definitivamente uma garantia de que existem – e continuarão existindo – mulheres que vestem mulheres.



Coco Chanel em seu ateliê com a atriz Ingrid Bergman, Paris, 1956

Donatella Versace com a modelo Irina Shayk, durante os preparativos para a temporada Verão-2020. Milão 2019



EXCLUSÃO DIGITAL: ENTRE A OPÇÃO E A NECESSIDADE

Por Andre Nunes Rosa e Silva, Julia de Lima Nogueira, Maria Luiza de Oliveira Leite e Pedro Henrique Galavote Sales

Quantas vezes você abriu o seu celular para ver qual é a previsão do tempo ou para saber com qual tipo de roupa sair? Quantas vezes voltou para casa de Uber, já que a circulação de transportes públicos estava paralisada? A internet realmente facilitou muito a vida cotidiana na sociedade do século 21. Contudo, como é a vida de alguém sem acesso a esses tipos de facilidades?

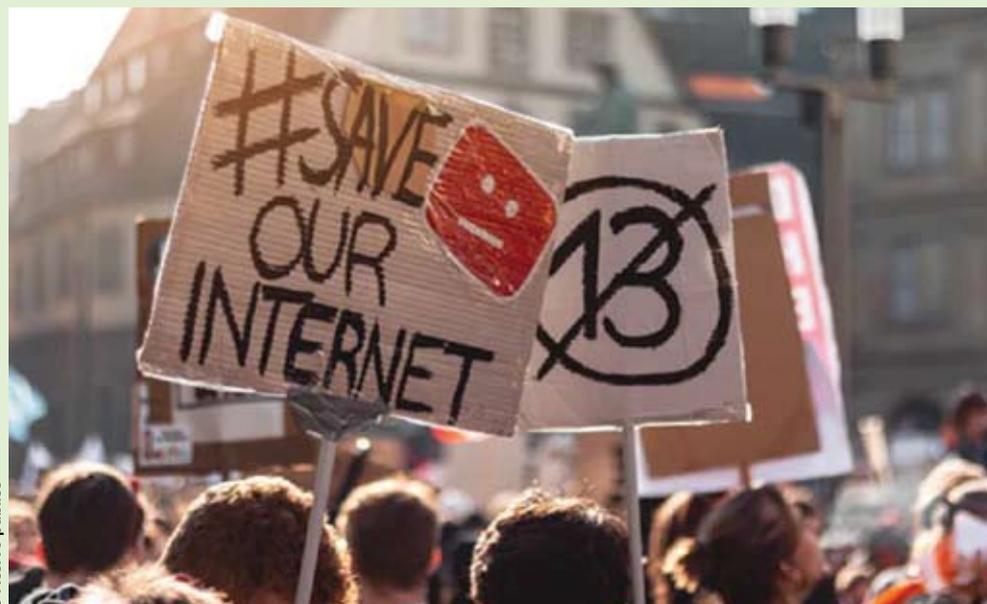
Em tempos de crise, como a que se vive atualmente com a Covid-19, diversos estabelecimentos pararam, como escolas, universidades, lojas, entre outros, fazendo com que várias empresas adotem o sistema de home office. Hoje grande parte das atividades de trabalho são realizadas dentro das residências, com uso de sites e aplicativos online. Esses recursos são privilégios que abrangem a poucos no Brasil e no mundo.

De acordo com a Organização das Nações Unidas - ONU, em 2016 apenas 3,2 bilhões de pessoas tinham acesso à internet, o que representa 43,4% da população mundial. O Brasil representa um dos países com maior utilização das redes sociais. Mesmo assim, em 2018, uma pesquisa da TIC Domicílios divulgou que cerca de um terço (39%) das casas brasileiras não possui nenhuma forma de se manter conectada - índice voltado principalmente para as classes mais pobres.

Tendo em vista o cenário atual, em que no ano de 2011, o acesso à internet foi declarado pela ONU como direito humano, indaga-se como são afetadas as rotinas e vidas das pessoas que possuem acesso restrito, ou inviabilizado pelas redes. Uma das alternativas é o rádio, como é o caso de Dimitri de Almeida, 36, morador de Santa Terezinha, zona norte de São Paulo: "É um bairro com realidades distintas, moro num local específico que a habitação é desvalorizada, mas ao redor há uma classe média. Aqui o cortiço convive com a varanda gourmet ao lado", um quadro não muito distante do de muitos brasileiros.

Um dos motivos da baixa acessibilidade à internet no Brasil ser ainda tão restrita é o preço das conexões em banda larga, o que leva a maioria das pessoas menos favorecidas a usar a internet móvel (3G ou equivalente). Na situação de Almeida, o uso de dados móveis é um modo de se conectar com o mundo virtual, apesar de ainda existirem dificuldades como a perda de sinal, limitação na velocidade entre outros fatores. Outra maneira de se conviver nesse cenário, é a busca por wi-fi público, que poderia ter sido facilitada com o programa "Wifi Livre" da prefeitura de São Paulo. No entanto, o mesmo projeto veio com diversos problemas, como o sinal lento e a

Desigualdade tecnológica no Brasil dificulta ainda mais o acesso à educação, limitando o acesso aos bens culturais a apenas uma parcela da população



© Acervo público

Manifestações sobre a internet na Alemanha



© Acervo público

dificuldade de conectar diversos aparelhos à mesma rede, o que impede que pessoas tenham um acesso de qualidade. Dados obtidos pelo site Agora, da Folha de S.Paulo, mostram que entre janeiro e maio de 2019, houve cerca de 39 milhões de acessos, o que contrasta com dados de 2018, onde houve cerca de 70 milhões de acessos, mostrando uma diminuição de 44,3%.

Como fica o ensino?

Com os avanços da tecnologia, uma das formas de graduação é por meio do ensino à distância (EAD), que é o caso de Emely Lopes, 23. Ela utiliza este sistema normalmente, já que tem acesso livre à internet; porém, suas principais lamentações são relacionadas à falta de contato entre professor e aluno, e como isso afeta sua vivência acadêmica e seus estu-

dos, uma vez que a plataforma mesmo sendo considerada boa, não é capaz de substituir o contato pessoal.

O sistema usa a internet para exposição dos conteúdos que deveriam ser estudados em aula; contudo, pessoas sem acesso à internet acabam isoladas dessas atividades, já que, em meio a quarentena, não é

possível acessar o wi-fi das bibliotecas. Segunda uma pesquisa realizada em 2018 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) 58% dos domicílios não possuem acesso a computadores em suas residências.

A internet inserida no meio educacional também afetou o caso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2019. As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e novas informações sobre os erros de correção do exame foram divulgados via internet, em especial, através do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que utilizou de sua conta no Twitter para responder candidatos.

A quarentena provocada pela pandemia do coronavírus estimulou ainda mais a desigualdade gerada pela indústria cultural, com a utilização de plataformas de streaming, que são sites e aplicativos que fazem uso da internet para exibição de filmes e séries como a Netflix, a Amazon Prime. Até mesmo a Rede Globo adotou esse tipo de serviço

com a GloboPlay. Tais plataformas não se limitam apenas às artes visuais, mas também são presentes na música, a exemplo das plataformas Spotify e Deezer. “Não vejo séries e nem filmes em casa, é isso que mais sinto falta” – relata Almeida.

O Brasil é o quarto país com mais usuários conectados. Segundo a pesquisa da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o país possui 59% da população conectada à internet, porém isso não é sinônimo de qualidade: a velocidade de provimento, tanto de rede fixa (17,80 Mb/s) quanto de rede móvel (16,25 Mb/s) é menor que a média mundial (rede fixa sendo de 40,11 Mb/s e a rede móvel de 20,28 Mb/s).

E os outros grupos?

Ainda existem pessoas que escolhem viver sem ingressar no universo da internet, como muitos idosos, que mesmo com a insistência da família, decidem não se envolver e continuar a vida como sempre fizeram: à moda antiga. Isso é comum porque os idosos encontram grandes dificuldades com as tecnologias que evoluem e se modernizam cada vez mais. Como é o caso da senhora Maria Donatila Franco Pinto que, no auge dos seus 76 anos, não está conectada com esse

universo: “A internet é necessária, mas, para mim, não. Gosto de ter meu trabalho, crochê, tricô, plantar na minha horta, essas coisas”. Essa realidade é bem recorrente entre idosos com mais de 60 anos, sendo que 67% desta faixa não utilizam a internet e dizem que não se sentem interessados.

E no resto do mundo?

Dados coletados pela Agência da ONU para informação e comunicação - UIT apontam que cerca de 50% de todos os domicílios têm pelo menos um computador. Contudo, a discrepância entre países desenvolvidos (83,2%) e sem desenvolvimento (47,1%) chega a ser assustadora. Esses dados mostram como os países do Norte Global tornam-se extremamente controladores de toda a tecnologia que circula no mundo, como os novos computadores, celulares e até mesmo eletrodomésticos.

Outra pesquisa que demonstra o número de usuários em relação à população do país foi realizada pelo Hootsuit, sistema norte-americano especializado em gestão de marcas na mídia social. Por meio da pesquisa evidenciou-se que os principais países conectados estão no Médio Oriente e no Norte Europeu, o que se deve a economia bem

estruturada da população. Essa mesma pesquisa também mostrou os países com menor número de usuários pela população, sendo a maioria composta por países concentrados na África.

O universo da internet criou um mundo independente, em que todas as informações, manifestações artísticas e culturais são transmitidas de forma rápida, porém segregando quem está fora deste universo. Trata-se de uma “bolha”, na qual estar conectado deixou de ser opção e se tornou uma necessidade. Essa “bolha”, no entanto, não segue a mesma lógica em países como China e Rússia, já que os mesmos não deixam que o mundo virtual se separe do estatal: existe um excessivo controle dos tipos de informações publicadas tanto pelos usuários quanto pela grande mídia.

A China, por exemplo, não tem seu próprio Sistema de Nomes de Domínios (DNS) - que são responsáveis por traduzir e localizar os números IP (que funciona como um CPF de dispositivos e conexões) em endereços de site. “Devemos respeitar o direito de cada país de governar seu próprio ciberespaço” disse Xi Jinping contradizendo à ONU, durante a Segunda Conferência Mundial da Internet, em 2015. O Estado chinês faz esse controle por meio de “aplicativos obrigatórios” como WeChat, que funciona como a junção do Instagram, Facebook, Tinder entre outros.

Já na Rússia, existe uma lei onde o regulador de telecomunicações pode bloquear conteúdos, aplicativos e serviços que considere uma ameaça à segurança do Estado, sem a necessidade de uma ordem prévia, de processo ou de notificação. Entretanto, essa consideração de ameaça é tão subjetiva que acaba sendo quase um ataque à Internet de modo geral.

Percebe-se com esse controle uma falha na democracia, pois sem o acesso à informação não há como a população criticar e, até mesmo, ter voz diante da sociedade. A internet resulta numa falsa sensação de liberdade. O povo se torna alienado e desprovido de senso crítico. Mas até mesmo quem recebe informações está sempre sendo controlado. A internet não vem somente estimulando o desenvolvimento como um todo da sociedade, mas intensificando ainda mais a exclusão daqueles que já não têm direito à educação, cultura e à comunicação.



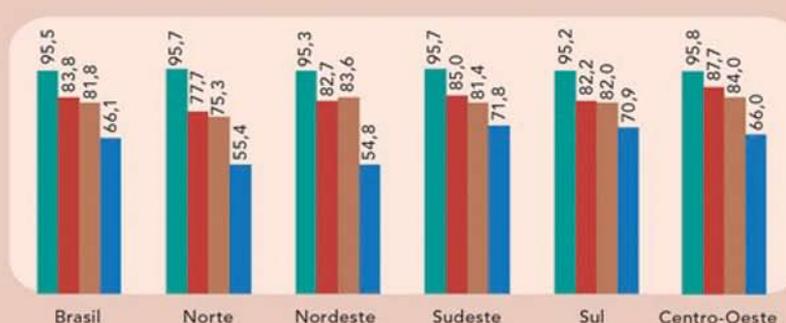
Aluno estudando pela internet

Pessoas que acessaram a Internet (%)

Tipo de banda larga



Finalidade de acesso à Internet



- Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail
- Conversar por chamadas de voz ou vídeo
- Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes
- Enviar ou receber e-mail

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

A RESISTÊNCIA DE UMA CONSIDERADA “RAÇA EM EXTINÇÃO”

Por Giovanna Crescitelli, Isabella Pugliese, Ligia Saicali e Paulo Castro

O primeiro ano de Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada chegou ao fim sendo, possivelmente, um dos mais tensos da história política brasileira. Declarações polêmicas, quebra de decoro, e atitudes de caráter homofóbico e machista, que foram pautas recentes em seus discursos, por exemplo, marcaram seu caminho, em 2019. Além de inúmeros posicionamentos preconceituosos e conservadores, o repúdio à imprensa tem se mostrado, cada vez mais latente em suas falas e atitudes, apesar, de sempre ter sido presente na construção de sua imagem.

Ofensas a veículos de comunicação cresceram de modo alarmante. Pesquisa publicada no início deste ano, pela Federação Nacional dos Jornalistas -Fenaj, revelou números espantosos sobre o conflito de Bolsonaro com diversos jornalistas. No levantamento, foram relatados 116 casos de ataques à imprensa cometidos pelo presidente, o que cria uma média de um ataque, a cada três dias e quase dez por mês. De acordo com o jornal *O Globo*, a pessoa que mais atacou à mídia no ano de 2019 foi, de fato, Jair Bolsonaro.

Na manhã do dia 4 de março, Bolsonaro levou consigo o humorista Carioca para a coletiva de imprensa diária, que ocorre em frente ao Palácio da Alvorada, responsabilizando-o por falar e distribuir bananas para os jornalistas presentes. Tal ação causou a revolta da própria Fenaj, que, em nota, repudiou severamente o ato de ridicularização feito pelo presidente. No dia seguinte, o ocorrido foi noticiado na capa do jornal *Folha de S. Paulo*.

Em 2018, período pré-eleitoral, Bolsonaro já havia realizado ataques à imprensa. Até o fim de sua campanha, foram contabilizados, em média, dez ataques, por semana. Ainda assim, o então candidato à República, do PSL, afirmava que tinha compromisso com a liberdade de imprensa e a internet. Quando eleito, o presidente reforçou que havia chegado ao poder, graças às mídias sociais, mesmo se ausentado dos diversos debates eleitorais realizados por algumas emissoras televisivas.

Entrevistado pelo **Contraponto**, Leandro Andrade, assessor de imprensa da “4press”, empresa com foco em assessoria de imprensa e consultoria de comunicação, comenta como o atual presidente da República designa a comunicação digital feita, por ele mesmo, como a preferida em relação aos veículos tradicionais.

“Ao dizer que a verdade está em suas redes sociais, Bolsonaro reforça, o tempo todo, que a credibilidade da imprensa está em jogo, que a

Os desafios da imprensa brasileira diante da era pós-verdade e de um de seus maiores inimigos: o presidente da República, Jair Bolsonaro



© Rede Brasil Atual



© Reprodução

O presidente da República, Jair Bolsonaro com repórteres e equipes de filmagem de diversos veículos de comunicação

Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha de S. Paulo, atacada pelo presidente Bolsonaro devido aos seus trabalhos no jornalismo investigativo

verdade não está nos veículos de mídia, mas sim em suas redes, no seu Facebook, Twitter, etc”, disse Leandro, que completou: “Vale lembrar que Bolsonaro já chamou os profissionais da TV Globo de ‘patifes’ e ordenou o cancelamento de assinaturas da *Folha de São Paulo* nos órgãos públicos”.

Outro ataque recente de Bolsonaro à imprensa, que tomou grande repercussão, foi contra a jornalista da *Folha de S. Paulo*, Patrícia Campos Mello. Em busca de apresentar uma matéria de caráter investigativo sobre a CPI das *Fake News* no Congresso, a jornalista foi alvo de ofensas e falsos depoimentos por parte de Hans River, ex-funcionário da Yacows, agência de disparos de mensagens em massa por Whatsapp. River, antes mesmo do presidente, afirmou que a repórter havia se insinuado sexualmente, para que, assim, obtivesse informações exclusivas sobre o caso.

Logo após, Bolsonaro veio a público para proteger River, através de um discurso de conotação sexual contra Patrícia. “Ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”. Entre risos, o presidente reforçou: “O

depoimento do Hans River foi no final de 2018 para o Ministério Público, ele diz do assédio da jornalista contra ele”. A grande dificuldade enfrentada pela repórter, não se trata apenas por ela ser, exclusivamente, jornalista, mas, também, por ser mulher.

Segundo pesquisa publicada pela Fenaj, as mulheres compõem 64% dos profissionais da área, porém, para a consultora executiva da pesquisa “Mulheres no Jornalismo brasileiro”, Maiá Menezes, especialmente no esporte, na segurança e na política, devido a uma cultura machista, as mulheres podem sofrer violência sexual, intimidação e, até mesmo, abuso de poder.

Além disso, Thais Nunes, repórter do SBT e membra do coletivo “Jornalistas Contra o Assédio”, afirma que “se uma mulher consegue um grande furo, sempre há um porém. Nunca é por competência, mas, sim, porque sempre jogamos nosso charme em cima de alguém”.

Os ataques do presidente à imprensa, acompanhados de conotação machista, podem também ser considerados um empecilho dentro do exercício da atividade jornalística em sua forma mais plena. O jornalismo tem como principal objetivo o compromisso com a verdade, independente do gênero. Patrícia Campos Mello, em um artigo, ainda pontuou que “as críticas são sempre bem-vindas, mas que sejam críticas ao nosso trabalho, e não ataques ou deboche sobre nossa

aparência, nossas famílias, nem tentativas de nos expor ao escárnio nas redes sociais”.

Uma comparação plausível de Jair Bolsonaro, relacionada a outro prisma de sua relação com a mídia, é com o presidente norte-americano Donald Trump. Ambos já demonstraram repulsa pela imprensa e atacaram, diversas vezes, jornalistas. Um dos termos mais proferidos pelo norte-americano desde o início de seu mandato, em 2017, é “fake news”, popularizado também no Brasil para acusar veículos de compartilharem imagens caluniosas, ou meramente descredibilizá-los (mesmo sem provas) em uma ação de autodefesa.

Em março, durante a cobertura da pandemia da covid-19, Peter Alexander, repórter da NBC News, perguntou a Trump qual mensagem ele daria a população que estava assustada com a situação. O presidente respondeu, que o recado seria: como Alexander é um jornalista horrível.

Em Dallas, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro também disse à correspondente Marina Dias, da *Folha de S. Paulo*, para “entrar de novo numa faculdade que presta e fazer bom jornalismo”, após ser questionado sobre o orçamento e os recursos bloqueados para educação. O **Contraponto** entrou em contato com a jornalista para comentar sobre a postura do presidente e compartilhar relatos e vivências no meio profissional.

Em todos os momentos da entrevista, Marina se mostrou extremamente respeitosa quanto ao assunto Bolsonaro, diferente do que foi visto na réplica do presidente à jornalista.

“Na hora, temos que lembrar do nosso papel de repórter, que não é o de debater ou entrar nas provocações, mas o de questionar uma figura pública sobre seus atos e planos de governo”, disse a jornalista, que emendou: “Temos que continuar cobrindo este governo de acordo com os padrões do jornalismo crítico e apartidário”.

Marina mora na capital dos Estados Unidos, Washington, D.C., e é correspondente do jornal brasileiro, onde cobre política norte-americana cotidianamente. A comparação entre ambos presidentes, principalmente nos dias atuais, é algo inevitável.

“Trump e Bolsonaro se comunicam principalmente por meio das redes sociais, como forma de estabelecer o contato direto com seus eleitores. Os dois investem em falas ofensivas contra adversários e a imprensa tradicional, justamente para manter essa base de apoio”, explicou.

Desde sua candidatura à presidência, Bolsonaro, nunca escondeu seu lado defensor da ditadura civil-militar. É de conhecimento geral, que a censura aos meios de comunicação teve seu auge naquele período, seu tratamento e suas ações recentes com os jornalistas refletem suas convicções.

“Além do discurso, Bolsonaro tem tomado medidas para tentar sufocar financeiramente veículos de imprensa. Anunciou que o governo federal estava suspendendo as assinaturas da *Folha de S. Paulo*, disse que boicotava produtos de anunciantes do jornal e excluiu a *Folha* de uma licitação após repercussão negativa, mas voltou atrás”, disse a jornalista. Para Marina, “o jornalismo profissional não pode e não está normalizando esse tipo de situação, que é nociva à democracia”.

O ato jornalístico clássico está passando por um momento complicado. As mídias alternativas estão crescendo e o prestígio, antes demonstrado pela maioria, já não está mais tão vivo. A correspondente reafirma a importância do papel do jornalista na sociedade.

“Em crises como a que estamos vivendo agora, [como] a pandemia do coronavírus, é cada vez mais importante o trabalho do jornalismo profissional e pesquisas mostram que a imprensa está entre as fontes de informações mais confiáveis e seguras nesse momento”.

Mesmo a parcela da população brasileira que não trabalha em setores de comunicação social, é capaz de perceber a relação conflituosa entre o presidente e os profissionais da notícia, principalmente aqueles que se encontram frente à frente com Bolsonaro diariamente para cobrir as declarações no Palácio da Alvorada.

No *podcast* do *Estadão Notícias*, “Na porta do Alvorada: como são os bastidores da cobertura presidencial”, as repórteres Júlia Lindner e Tânia Monteiro compartilham detalhes de suas rotinas e dificuldades enfrentadas ao cobrir os comunicados oficiais diários na gestão Bolsonaro. Ambas jornalistas comentaram sobre o caso do humorista carioca, a recepção do presidente e conflitos com chefes de Estado anteriores, como Luís Inácio Lula da Silva.

“É um clima bastante tenso”, afirma Lindner. “Claro que varia muito das pessoas que estão lá, que já chegam gritando, proferindo ofensas, gravando jornalistas. Já tem um clima mais hostil. Ele [Bolsonaro] leva o jornal do dia, faz uma reclamação e isso acirra ainda mais os ânimos”, explicou.

A jornalista atribui ênfase ao fato do presidente da República nem sempre atender à imprensa ao se dirigir à frente do Alvorada, mas, via de regra, interage com os turistas e fãs que visitam o Palácio para vê-lo.

Tânia Monteiro aponta, contudo, que os embates entre a mídia, o Poder Executivo e seu eleitorado – apesar de se apresentarem marcantes atualmente – não são exclusividade de Jair Bolsonaro. A repórter do *Estadão* recorda os impasses que também enfrentou ao fazer cobertura para o ex-presidente Lula e mostra como o papel de jornalista pode ser árduo em uma frequência maior do que se imagina, especialmente ao reportar o que acontece nos grandes poderes, independentemente da gestão.

“Essa animosidade entre apoiador e jornalista não é uma coisa nova”, diz Monteiro. “Me lembro uma vez no Parque da Cidade, num evento do Movimento Sem Terra em que tivemos que sair de lá protegidos pela polícia”, lembrou a jornalista.

Há muito tempo, a História do Brasil possui diversos exemplos da tensão entre imprensa e chefes de Estado, inclusive – e muito comumente – relacionados a um processo de censura. Durante a Primeira República (1889-1930), eram comuns os “empastelamentos” das redações jornalísticas,

ou a desorganização e avaria das letras que colocadas lado a lado, uma a uma, produziam a matriz do que se tornaria a edição impressa - reorganizar essas peças poderia demorar meses. A expressão “empastelar” passou a significar toda e qualquer tentativa de silenciar jornais, com ataques às suas máquinas e equipamentos.

Vargas interveio na redação do jornal *O Estado de S. Paulo* por cinco anos, entre 1940 e 1945, período não reconhecido pelo veículo como compondo sua história. No regime militar, os ataques a jornalistas e opositores, legitimados pelo AI-5, provocaram a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. Fernando Collor, durante seu mandato, invadiu a redação da *Folha de S. Paulo*, em 1990.

O professor José Arbex Jr., do curso de Jornalismo da PUC-SP, afirma que a relação dos governantes com a imprensa é condicionada pelos interesses políticos, de ambos os lados, e pelos personagens envolvidos. Bolsonaro se destaca pela virulência dos ataques aos jornalistas e aos órgãos de imprensa - defensor da visão revisionista do regime militar não acredita que houve de fato uma ditadura, censura ou controle da imprensa. Em 2016 exaltou como herói nacional o Coronel Ustra – o primeiro militar brasileiro a ser condenado pelo crime de tortura, cometido durante a Ditadura, e ex-comandante do DOI-Codi onde o corpo de Herzog foi encontrado.

Donald Trump, segundo o professor, é uma inspiração para Bolsonaro. Ambos usam a mesma estratégia de desqualificar a imprensa com ataques e *fake news* para “criar uma imagem de um super-herói que luta contra os poderes da imprensa e tudo mais”.

Esta lógica já foi usada por um jovem militar com baixo desempenho durante uma grave crise econômica. A figura política de Adolf Hitler nasceu depois do Putsch da Cervejaria, quando conquistou a atenção dos jornais, no período entre guerras em um cenário devastador de hiperinflação e empregou a lógica adotada atualmente pelos presidentes americano e brasileiro; desmoralizar a imprensa tradicional para ter controle sobre os meios de comunicação em massa.

Para Arbex, as três figuras políticas citadas se construíram a partir de “uma atitude deliberada de criar uma sensação de que um cara muito macho, segura tudo no tranco, dá porrada em todo mundo e ganha”. Ou seja, surgem como salvadores injustiçados por adotarem meios poucos convencionais e agressivos ao defenderem posicionamentos rígidos que demonstram sua força perante o incerto futuro que sucede uma crise de grande magnitude.

Quando questionado sobre como jornalistas devem resistir pela comunicação social na contemporaneidade, diante de tudo o que a profissão significou no passado e significa hoje, uma vez que, o próprio presidente declarou que: aqueles que exercem ou pretendem exercer o ofício da notícia são como uma “raça em extinção”, o professor salienta a busca pela competência, seriedade e dedicação.

“Você tem que ser a fodona naquilo que você faz”, disse Arbex, que concluiu respondendo a um próprio questionamento: “Vamos supor que a Eliane Brum fosse trabalhar na *Folha de S. Paulo*. Você acha que ela ia ser demitida? Jamais”.



© Revista Veja

O presidente brasileiro Jair Bolsonaro (esq.) e o presidente norte-americano Donald Trump

Por Carolina Varella
e Pedro Catta-Preta

AS GREVES MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

O que fazer quando aqueles que deveriam proteger a população decidem parar?

Apesar de serem servidores públicos, os militares se encaixam em uma categoria singular de trabalhadores, sendo submetidos a uma disciplina legal pensada especificamente para o controle de suas profissões. A Constituição Federal veda a realização de greves militares e a legislação federal criou tipos penais específicos para a categoria.

No mês de fevereiro, no Ceará, policiais militares cruzaram os braços contra a proposta de reajuste salarial de 29%, feita pelo governador Camilo Santana. A ação, que durou 13 dias, transgrediu a lei, culminou em um aumento de 75% de homicídios no Estado e em um pedido de anistia.

Em uma "live", transmitida em sua rede social, o presidente Jair Bolsonaro classificou a ação como "greve", contrariando as competências da Constituição e do Código Penal Militar. Em outra ocasião, Bolsonaro defendeu o projeto de lei que amplia a excludente de ilicitude – "mecanismo que estabelece a possibilidade de uma pessoa praticar ação, que normalmente seria considerada criminoso". A manifestação demonstrou uma evidente inclinação do presidente em defender os militares e, assim, anistiar os criminosos.

A incapacidade de punir PMs não é uma característica exclusivamente do atual governo, segundo Marcos Bretas, professor de História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, "nenhum governante puniu até hoje". O historiador acredita que o congresso é sempre rápido em acomodar essas situações.

"Não acho que tenha um projeto novo de intervenção militar, difícil a gente pensar isso. Os militares são bem reticentes. É uma linhagem silenciosa que nunca desapareceu, tanto na ditadura militar como num bom momento. Por exemplo, essas pessoas estão todas agora no Facebook. Agora, é importante lembrar que uma das coisas que mais pesou no deslanche do golpe de 64 foi a mobilização dos sargentos de uma forma sindicalizada", explicou Bretas.

Apesar de ilegais, os levantes militares acontecem periodicamente na história do Brasil. O que realça esse momento, contudo, é o potencial expansivo dessas manifestações, o "efeito dominó", como indica o professor, pois a circunstância está relacionada, também, à ascensão política da categoria, que aumentou 13% na gestão Bolsonaro.

À passos largos, o governador do Ceará movimentou-se para conter a adversidade, e propõe que seja proibida, por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que militares, comprovadamente envolvidos em movimentos ilegítimos de paralisação ou motim, sejam anistiados. A PEC foi aprovada no dia 3 de março. A mudança, pode ser um fator positivo para conter a inquietação que já começava a se alastrar por Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Bahia e Alagoas, estados que sinalizavam paralisações.



© Luiza Midori Yamaga

Em vista de tais fatos, é natural que nos perguntemos: proibir greves é medida suficiente para impedi-las? O que fazer quando aqueles que deviam proteger a população decidem parar? Frente a tantas dúvidas, o **Contraponto** entrevistou o advogado e professor de direito penal, Mauricio Januzzi Santos.

Contraponto – A respeito dos recentes acontecimentos no Ceará, quais ferramentas jurídicas temos a nossa disposição contra o amotinamento de militares?

Mauricio Januzzi – O motim é um crime capitulado tanto no Código Penal como no Código Penal Militar e, portanto, quando ele ocorre, é possível, inclusive, realizar a prisão em flagrante dos policiais amotinados. Como é sabido, a Segurança Pública é uma atividade essencial e, portanto, não pode fazer greve (Não é uma profissão registrada na CLT), pois tem um regime especial próprio. Sendo assim, quando a Polícia Militar dos Estados faz "greve", quem deve restabelecer e zelar pela Segurança Pública é a Força Nacional de Segurança e o Exército por meio de Decretos Federais de G.L.O (Garantia da Lei e da Ordem). A ferramenta Jurídica é o Decreto de G.L.O, até o fim do motim ou da "greve".

CP – Quais outras alternativas a população têm para se proteger de tais manifestações?

MJ – Na verdade a população não tem como se proteger destas manifestações. O que a população deve exigir do Governador dos Estados é um salário condigno destes policiais para a função relevante que ocupam e fazem na sociedade. Só assim não haverá mais movimentos grevistas nas polícias dos Estados.

CP – Simplesmente proibir greves lhe parece uma forma coerente e efetiva de conter a paralisação ou até mesmo a rebelião de militares?

MJ – Na verdade, a proibição da "greve" de po-

liciais decorre da Constituição Federal do Brasil. As polícias militares dos Estados são, na verdade, uma força auxiliar do exército brasileiro e, portanto, como são uma atividade de Estado, ou seja, de cunho essencial para a Segurança Pública não podem fazer "greve". Com a militarização da Polícia a partir de 1964, ela se torna força de Estado e, portanto, proibida de fazer "greve". Tem que se alterar a constituição para isso.

Quanto à anistia dos policiais, o governador cearense Camilo Santana (PT) se posicionou contrário desde o início de março: "Todos os processos abertos serão conduzidos respeitando o processo legal, sem possibilidade de anistia para quem praticou crimes e ameaçou a segurança da população. Ninguém está acima da lei".

CP – Os servidores que não aderiram à greve deveriam prender os manifestantes por estarem cometendo um crime? Se não há a tentativa de impedir o "motim", não estariam compactuando com o mesmo?

MJ – Na verdade deveriam, sob pena até de responder pelo crime de prevaricação (não prender quem quer que estejam cometendo um crime, no caso o Motim), porém, deixam de cumprir a ordem posto que são também parte interessada no movimento. Por isso é que é chamada a Força Nacional de Segurança e até mesmo o Exército no Decreto de G.L.O, para que se efetive o Poder de Polícia do Estado.

Para Januzzi, a desmilitarização e o planejamento de cargos e salários por parte dos Governos dos Estados seriam a resolução do problema. O amotinamento das forças de segurança pública demanda reações à altura, o que implica em seguir as diretrizes legislativas e incentivar o debate público ao redor do tema. Novas paralisações virão, e não podemos simplesmente torcer para que elas acabem.

CORONAVÍRUS: A LETALIDADE DA FALTA DE INVESTIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA

Por Giovanna Colossi e Manuela Pestana

Quando começaram a surgir os primeiros casos de infecção pelo novo coronavírus na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China, em dezembro de 2019, o mundo não previa que em poucos meses o SARs-CoV-2 causaria a morte de mais de 18 mil pessoas e faria com que ao menos 34 países e territórios adotassem medidas de quarentena em uma tentativa de conter o surto.

Altamente contagioso, a Covid-19 alcançou a marca de mil casos em apenas 48 dias, o Sars, da mesma família de vírus e seu predecessor, contagiou mil pessoas em quatro meses (Johns Hopkins). Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto do novo coronavírus uma pandemia. Países da Ásia, Europa, Oriente Médio e América do Norte já haviam registrado seus primeiros casos positivos.

Muitas críticas foram direcionadas à OMS pela demora em declarar estado pandêmico a respeito do novo coronavírus. Em 2009, durante o surto da gripe suína (H1N1), o estado pandêmico foi declarado em torno dos 30 mil casos confirmados, enquanto a instituição aguardou a confirmação de quase 200 mil casos (180 mil), para declarar o novo coronavírus uma pandemia.

Para o infectologista do Hospital Santa Catarina, Luiz Carlos Barata, a demora para declarar estado pandêmico é uma questão conceitual. “A situação de pandemia é aquela onde a doença já se propaga de maneira autóctone na maior parte dos países. Quer dizer, os novos casos já não estão relacionados a casos importados, mas são oriundos de transmissão local.”, explica.

Barata ainda reitera os agravantes da doença, que além de ser mais contagiosa que o vírus da gripe comum, também aparenta ser mais letal. Segundo o especialista, todas as possíveis projeções são baseadas na trajetória de outros países enfrentando o vírus. Para ele, existem cenários mais promissores – como a Coreia do Sul, um aparente caso de sucesso no controle da doença – com aproximadamente 150 óbitos, e cenários mais alarmantes - como a Itália - em que o número de mortes já passa de 11 mil (OMS).

A letalidade de uma doença – geralmente expressa em porcentagem – quantifica a proporção entre número de infectados e número de mortos. Esse dado está sujeito a variáveis como: tipo de agente infeccioso, distribuição etária, condições gerais de saúde da população e a possibilidade de acesso aos serviços de saúde. Como Barata explica: “uma mesma doença pode apresentar diferentes taxas de letalidade em diferentes locais”.

Dessa forma, a precariedade social e a carência de políticas públicas efetivas por parte do governo brasileiro configuram um agravante no surto do novo coronavírus. Como explica Santana Silva, membro ativo do Coletivo Butantã na Luta (organização que reivindica maior repasse de investimentos para o Hospital Universitário e que,

Itália, Espanha e outros países ocidentais precisaram repensar o repasse de verbas públicas depois do surto do novo coronavírus colapsar o sistema de saúde e ceifar milhares de vidas



© Marielle Rojas

Linha 10 - Turquesa em 20 de março - São Paulo já registrava a nona morte no estado

Estado brasileiro	Total de Leitos de UTI por 100 mil habitantes SUS dependentes	Total de Leitos de UTI por 100 mil habitantes com plano de saúde
Amazonas	13	65
Bahia	9	63
Distrito Federal	15	112
Paraná	24	38
Rio de Janeiro	16	82
São Paulo	21	43

Título: Densidade de leitos em unidade de tratamento intensivo

Fontes: ANS/IBGE/DATASUS/CNES

em meio à pandemia do novo coronavírus, briga pela reabertura do Hospital Sorocabana): “A sociedade brasileira sofrerá um grande impacto, porque além de sofrer com um índice altíssimo de desigualdade, também vem sendo progressivamente destituída de seus direitos.”

Para Silva, o sistema de saúde público vem sofrendo com uma desestruturação a longo prazo. Ele ainda menciona a PEC 95 como fator fundamental nesse processo, por ter retirado uma boa parcela de investimentos da área da saúde. A emenda constitucional em questão diz respeito ao “teto de gastos públicos” e foi uma das apostas do governo Temer (2016-2018) para estabilizar a economia nacional.

“Rever a dívida pública em sua forma e conteúdo e reverter esses valores para a contingência de uma pandemia como essa” - cobra Silva. O ativista ainda afirma que, em meio às restrições impostas pelo novo vírus - como distanciamento social - cabe ao Estado oferecer suporte à população carente, para que ela tenha a capacidade de isolamento.

“A capacidade de isolamento é muito menor em uma sociedade desigual e é aí que entra a função do Estado. Tem que dar suporte para que essa população carente possa ter a condição de se recolher e se isolar. Só assim para barrar essa curva ascendente e exponencial do coronavírus.”, afirma.

O achatamento da curva, conforme Santana comentou, é uma artimanha que visa desafogar as UTI's e pretende diminuir o número de pessoas contaminadas ao mesmo tempo. Na lógica, se todos se infectarem no mesmo período, as internações irão ocorrer simultaneamente e não haverá leitos suficientes - nem nos hospitais privados e nem nos hospitais públicos – para atender tantos enfermos.

De acordo com um informe da Agência Brasileira de Inteligência – Abin estima-se que ao menos 5.571 brasileiros morrerão vítimas da Covid-19, o que enfatiza a necessidade de medidas de isolamento social, fator que estão sendo amplamente ignorado pelo presidente Jair Bolsonaro e que vai de contramão do discurso de líderes do resto do mundo.

O Estado também não tem capacidade financeira para realizar testes em toda a população, tornando o isolamento social a melhor forma de conter a propagação da doença, que pode ser assintomática, mas apresenta alta letalidade para um grupo específico de pessoas com doenças pré-existentes, comorbidade e idosos a partir de 60 anos, com sintomas como falta de ar, febre alta e tosse intensa.

WHAT REMAINS OF EDITH FINCH: UM JOGO QUE SAI DA TELA PARA A MENTE

No início da segunda década de 2000, a indústria dos videogames foi abalada pelo nascimento de um novo gênero: jogos independentes como *Dear Esther* (The Chinese Box, 2012), *Gone Home* (The Fullbright Company, 2013) e *Life is Strange* (Dontnod Entertainment, 2015) apostaram em um novo jeito de contar histórias. Por meio de jogatinas mais introspectivas do que os hegemônicos FPS (do inglês *first-person shooters*, ou jogos de tiro em primeira pessoa, como *Call of Duty*) ou os frenéticos RTS (*real-time strategy*, ou estratégia em tempo real, como *Starcraft*), geralmente exigem menos “atividade cerebral” do jogador.

Esses videogames, focados na criação de uma narrativa a partir da exploração de um cenário – o supracitado *Gone Home*, por exemplo, parte da análise de itens presentes em uma casa de família –, onde o máximo de ação está em mover seu personagem pela área, foram chamados, por detratores do gênero, de *walking simulators* (“simuladores de caminhada”, do inglês), ou “filmes interativos”.

What Remains of Edith Finch (Giant Sparrow, 2017) encontra-se nesse contexto. Ambientado na gigantesca casa da família Finch, as mecânicas do jogo resumem-se, de fato, a caminhar e explorar o cenário – em uma situação em que tanto o jogador quanto a própria protagonista, Edith Finch, desbravam a singular história de uma família aparentemente amaldiçoada. Contudo, a narrativa apresentada mostra que, apesar de pertencer a um gênero chamado sarcasticamente de “filme interativo”, *What Remains* não seria capaz de funcionar como um filme.

O enredo é centralizado na figura da jovem Edith, que procura conhecer a história de sua própria família, na qual a maioria dos membros morreram de maneiras curiosas. Sua mãe, Dawn, ao sofrer com a perda de dois irmãos, do pai e de outros dois filhos, faz de tudo para que sua última descendente viva não tenha de lidar com a tenebrosa história dos Finches, e também com as histórias da bisavó, Edith “Edie” Sr. – as quais parecem fantasiosas demais para serem verdade. A morte não é um *spoiler*: a vida, contudo, é.

Durante as aproximadas duas horas de jogatina, Edith e a jogadora, ou jogador que a controla juntam as peças de um intrincado quebra-cabeça. Desde Molly, uma garotinha com paixão por animais e um apetite insaciável, até Lewis, um jovem com gosto por drogas ilícitas e empregado miseravelmente em uma fábrica de conservas. Os quartos dos membros da família na mansão, – mantidos immaculados desde os dias de suas respectivas mortes (no quarto do jovem Calvin, ainda permanece um calendário de setembro de 1963, mês de sua morte) – revelam quem foram em vida – e chegam a denunciar como morreram.

O fato dos quartos dos falecidos jazerem intocados é o ponto de partida para uma arquitetura implausível, que acaba sendo o espelho da árvore genealógica Finch: a casa é repleta de passagens secretas (a matriarca Edie menciona que seu pai, Odin, a primeira vítima da “maldição” em território estadunidense, tinha um gosto por coisas do tipo, como enigmas e alçapões escondidos), dispõe de um cemitério próprio, tem seus quartos

Por Hiero de la Vega de Lima

praticamente empilhados para abrigar os tantos descendentes dos Finches, e o resultado final é o de uma estrutura amorfa, vagamente ameaçadora, e que parece sempre estar prestes a cair em si, mas permanece no lugar, de maneira análoga à própria família.

Quanto às mortes, estas são retratadas em pequenos flashbacks, vinhetas que capturam toda uma vida e o fim desta. *What Remains* mostra maestria em diferentes tipos de arte: as ascensões e quedas dos Finches são retratadas em quadros, fotografias, *flipbooks*, e até um “jogo dentro de um jogo”, no ápice artístico que é a história de Lewis Finch, cortando peixes e imaginando um mundo de RPG enquanto o faz.

Falar demais de dadas vinhetas é revelar o maior mistério do jogo. Aqui, saber que as vidas terminam não é o que estraga a experiência: é como terminaram. O jogo apresenta diversas figuras, da decadente Barbara, ao desdenhoso Gus, ao escapista Milton. E estabelece suas personalidades, seus gostos, seus medos, antes de arrancar os recém-conhecidos do plano da vida. Esses personagens não passam tempo demais nos holofotes, nem de menos: é sempre o suficiente para que suas iminentes mortes pareçam pessoais para o espectador. Suas faces são traçadas: depois de encontrar a história de alguém, Edith registra a pessoa em seu diário com um desenho.

E, por falar em Edith, é, de fato, estar na pele dela o que amplifica a capacidade do jogo de emocionar quem acompanha a história. Essa imersão completa no universo da narrativa, fazendo do jogador não um mero observador, mas sim, um membro da família que procura por respostas, é o verdadeiro triunfo da *Giant Sparrow*.

No fim das contas, *What Remains* apresenta uma história sublime de uma família excêntrica. Com a delicadeza de um universo de sonho, mas com o amargor da morte sempre presente. A experiência do jogo é uma montanha-russa de sentimentos, de uma maneira quase que pessoal ao jogador.



Cena de *What Remains of Edith Finch*

© Giant Sparrow/Annapurna interactive

PODERIA TER SIDO EU

Mais um carnaval chegou. Período marcado pelos grandes festejos e famosos “blocos de rua”. E eu, como uma boa paulistana, não podia perder. Como de costume, o clássico metrô e ônibus me acompanharam até a Berrini. Glitter na cara, lotação e alegria. Você também foi?

O sol estava incendiando. Muita aglomeração, o suor escorrendo em meu rosto, mas não bloquearam a felicidade de estar ali. A única coisa que queríamos era aproveitar ao máximo. Olhava para os lados e via o sorriso no rosto de cada um: era a diversidade do nosso país sendo representada no meio de tanta gente. A folia pulsava em minhas veias. Até uma irresponsabilidade acabar com a fervura.

No meio da multidão, vítimas foram baleadas e o sangue tomou parte do chão. O puxão da corrente em seu pescoço, fez o policial pressionar o gatilho. Infelizmente, o calor do momento causou um “acidente” com quem nem estava envolvido no assalto. Em mim, não havia mais espaço para curtidão. E Quanto vale a vida? Ainda ouvia-se o som da música, quando olho para cima, a curtidão estava rolando no trio elétrico. Aparentemente, àquelas pessoas não se abalaram.

Só sentia medo e vontade de ir embora. Eu não sabia, ao certo, de onde vieram os tiros e era isso que me assustava. O sangue que escorria era vermelho como o nosso, mas agora manchado de injustiça e vazio de empatia. Confesso a você, leitor, que não fiz nada positivo contra a tragédia. Porém, não tive a capacidade de olhar como mais um caso do nosso dia a dia e seguir na folia como se nada tivesse acontecido.

Como você pôde imaginar, o bloco não foi paralisado e foi assim que começaram as minhas reflexões. Como as pessoas continuam dançando e ignorando a situação? Por que não houve uma mobilização feita pelo trio elétrico? Como não se colocaram no lugar daquelas pessoas? Penso que situações como essa são extremamente frequentes. Inclusive, vale recordar o caso da ciclovia da zona sul do Rio em 2016, que desabou. Lembro de ver que alguns corpos foram largados na areia como se pudessem ser tomados pela liquidez do mar e alguns garotos jogavam bola ao lado como se a paisagem não tivesse mudado.

Em ambas as situações, os corpos foram invisibilizados e não foram motivo de parar o que se estava fazendo para prestar algum tipo de assistência. Além disso, as vítimas eram pessoas como eu e você. E se fossem famosos? A importância e a repercussão dadas seriam as mesmas? Isso é bem característico da empatia seletiva sobre quem escolhemos dar visibilidade. Ou seja, provavelmente, se fossem políticos ou os artistas, tudo teria tomado rumos completamente diferentes.

Segundo o poema de Carlos Drummond de Andrade, “No meio do caminho”, tinha uma pedra. Esse objeto é como um obstáculo que interfere na passagem fluida. As vítimas desse “bloquinho” não foram pedras que impediram o caminho dos demais. Afinal, as pessoas apenas passaram por cima como uma simples lombada das ruas. Mas, mesmo que resistam, é necessário olhar para aquelas pedras. É preciso agregar

Por Giovana Yamaki Alves da Silva e Fernanda Fernandes Silva Sá

valor a elas. As pessoas em cima do bloco, já que, em sua maioria, são mais conhecidas, deveriam ter dado o exemplo e terem colocado a alteridade em prática.

Outra percepção que tive, foi que quem parava para observar os feridos só pensou em registrá-los. Diferente do policial, o povo sacou o celular do bolso, sem pensar que ele também é

uma grande arma. A sociedade está cada vez mais “espetacularizada” e, conseqüentemente, a violência também se tornou um palco desse espetáculo. A preocupação das pessoas está cada vez mais em “gravar” o momento ao invés de prestar atenção nele. Na Berrini não foi diferente, pensaram somente na repercussão que ganhariam.

Muito triste visualizar essa situação toda. Quando cheguei, esperava sentir emoções diferentes dessas. Mas percebo que foi bom ter vivenciado esse acontecimento para refletir sobre a sociedade e pensar em como posso melhorar.

“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”, conhece esse levante popular do Frei Betto? Ela diz muito por si só, além de representar bem a turbulência na Berrini. Afinal, as reflexões da invisibilidade, da empatia seletiva, da sociedade do espetáculo e todas as demais só foram possíveis pelo simples fato de eu ter estado naquele bloco de carnaval. Se eu não estivesse lá, naquele momento, vendo a tragédia, sentindo calafrios e uma mistura de sensações, não estaria aqui te contando, tentando fazer você refletir junto comigo.

Acredito que vocês, caros leitores, mesmo não tendo vivenciado, possam ter pensado em situações como essa, e percebido como é importante se colocar no lugar do outro. Não somente no lugar das vítimas que foram atingidas por aquele policial, mas sim, de alguém que sofreu algum acidente, ou até mesmo de quem está passando por dificuldades na rua diariamente.

Um dia que aparentemente seria de divertimento, com muito sol, terminou em tragédia. Sinto seu peso até agora. O alívio chegou assim que me dei conta de estar finalmente em casa. Mesmo assim, sinto como se minha cabeça ainda permanecesse lá. Em momento sequer, deixei de pensar nas vítimas. Poderia ter sido eu.



O colapso em meio aos clicks

© Chico Andrade

COMO A ONDA CULTURAL DA COREIA DO SUL ESTÁ CONQUISTANDO O MUNDO

Por Sofia Luppi

Acontecia na noite de 9 de fevereiro de 2020, no Teatro Dolby, em Los Angeles, a maior premiação do cinema mundial, o Oscar. Contudo, a atenção de todos ia para um grupo de atores, junto com seu diretor, que fugia do padrão que se via nos anos anteriores: os sul-coreanos, que pela primeira vez tinham sido indicados para a categoria mais desejada da noite, a de melhor filme. Não deu outra: foi o primeiro filme estrangeiro a ganhar essa categoria e mais três das cinco indicações, conquistando a atenção do mundo inteiro.

Não é de hoje que a cultura sul-coreana vem ganhando visibilidade nos tabloides ocidentais. De tempos em tempos, temos um novo fenômeno oriental vindo dessa região. Bong Joon Ho, diretor de *Parasita*, abriu as portas da Indústria Cultural da Coreia do Sul para a sétima arte, mas as bandas de k-pop já tinham aberto as portas das paradas de sucesso musical.

O governo sul-coreano não esperava menos. Há um forte investimento por parte do Estado no setor cultural, que foi a forma que os líderes do país encontraram de comercializar a sua cultura e de vender certa imagem de uma nação desenvolvida para o restante do planeta. A partir disso, empresas começaram a criar grupos musicais e a investir mais em escolas de arte pelo território da Coreia do Sul.

O fenômeno da globalização da cultura sul-coreana, é conhecido como *Hallyu*, ou também como "Onda Coreana". Tal efeito começou a se desenvolver em 1990. Porém, em 2012 o grande sucesso *Gangnam Style* do sul-coreano Psy estourou no mundo, mostrando a cultura popular da Coreia do Sul para o mundo ocidental.

Conhecido mundialmente como k-pop, seu estilo musical e bandas são conhecidos como *Idol Groups* dentro da Coreia do Sul, pois foram criados para passar aos fãs um ideal, uma moral e a ideia de como é ser coreano, por meio de ídolos a se seguir. Não é à toa que milhares de jovens, de várias nacionalidades, aprendem diversas coreografias e também estudam um novo idioma, na tentativa de se tornar um pouco parecido com seu ídolo.

O interesse pelo território asiático vem crescendo cada vez mais. O governo da Coreia do Sul teve que abrir 130 institutos em 50 países diferentes, para ensinar o seu idioma. O número de turistas brasileiros, que era de aproximadamente de 4,8 mil, aumentou para 19,7 mil em 2018, sendo que um dos maiores motivos de turismo para o país são os grupos de k-pop. O Brasil segue sendo um dos maiores fãs da cultura do país, visto que os brasileiros são o segundo maior público a comentar sobre k-pop no Twitter.

Além de ajudar a divulgar a cultura da população, o estilo musical ajudou também em questões políticas e econômicas. Uma pesquisa realizada pela *Korea Creative Content Agency*, mostrou que todo o conteúdo cultural sul-coreano equivale à U\$ 37 bilhões no mercado. O BTS, um dos maiores grupos de k-pop atual, surgiu

O fenômeno da globalização da cultura sul-coreana, conhecido como Hallyu, cresce rapidamente pelo mundo ocidental



© Eric Gaillard/Reuters/EI País

Bong Joon Ho, diretor do filme *Parasita* admirando as estatuetas da premiação

numa época de crise e acabou ajudando o país nesse momento, ao realizar algo que só os Beatles haviam concretizado: emplacar três álbuns lançados em um intervalo de dois anos no topo da Billboard, em menos de 12 meses.

Talvez o fato de as músicas não conterem letras que façam críticas ao governo ou citem qualquer assunto polêmico, possuindo refrões em inglês, faça sua disseminação entre o mundo ser mais fácil. E claro, um fator que não poderia faltar: muita dança e cor nos videoclipes. A partir disso, a Coreia do Sul se tornou a 6º maior produtora de músicas do mundo.

"O governo escolheu o entretenimento para divulgar os valores coreanos para que o mundo consumisse a Coreia. Sem isso, os setores industriais do país poderiam não ter demanda suficiente já que a população é pequena", foi o que Gilmar Masiero, professor de economia da USP, disse a uma entrevista à revista *Super Interessante*. Dessa forma, pode se dizer, que a cultura é um grande investimento na estrutura do país. A prova disso, é quem em 2019, o presidente Donald Trump, em uma visita diplomática foi recebido pelo presidente da Coreia do Sul e pelo grupo musical EXO, além do grupo BTS ter discursado na ONU, para incentivar investimentos a crianças e jovens.

Parasita fez história ao ganhar os prêmios mais almejados da premiação. Contudo, segundo o depoimento de Marc Raymond, professor do

Departamento de Comunicação da Universidade Kawngwoon, localizada em Seul, para a BBC Brasil "o Oscar foi a forma de Hollywood, após ter ignorado os filmes da Coreia do Sul por tanto tempo, finalmente reconhecer sua qualidade". Com uma bilheteria de U\$ 202,3 milhões por todo o mundo, o longa metragem chega para redefinir a visão que os ocidentais possuem das produções orientais.

Alguns filmes sul-coreanos são criados para agradar os críticos e cativar o público, pois é dessa forma que conseguem se tornar os queridinhos do povo e conquistar os prêmios em festivais. A partir da grande visibilidade que o Oscar deu, muitos filmes da Coreia do Sul começaram a despertar interesse nas pessoas, assim como os k-dramas, que são as novelas do país, mas que são principalmente voltadas para o público jovem. Assim, o Departamento da Indústria Cultural, criado em 1995 com a finalidade de levar a cultura sul-coreana ao mundo, atinge seu apogeu no início de 2020.

Os cinéfilos e fãs de *boy bands* e *girls bands* de k-pop estão mostrando ao mundo, que cada vez mais, essa onda coreana chega e domina os continentes. Assim, aqueles que demonizam esse estilo musical ou acham que foi um erro o filme de Bong Joon Ho ter ganhado tantas estatuetas, irão começar a perceber que já estão se afogando nessa onda gigantesca.

Por Gabriel Tomé e Sara de Oliveira

A Copa do Mundo de 2018 foi a mais muçulmana da história, com mais de 100 atletas praticantes da fé espalhados por seleções de países majoritariamente islâmicos, como Arábia Saudita e Irã.

A edição do Mundial ocorrida na Rússia, se iniciou no dia 14 de junho, o último dia do Ramadã, que foi durante o mês sagrado da religião islâmica daquele ano. O Ramadã é o maior ato de obediência religiosa do mundo e o evento mais importante da comunidade muçulmana.

De acordo com a tradição islâmica, foi neste período do calendário lunar que Deus revelou a Maomé, o profeta do islamismo, as palavras do Alcorão, o livro sagrado da religião. Durante esses trinta dias os fiéis devem praticar o jejum, um dos cinco pilares dessa fé, se abstendo do consumo de alimentos e bebidas, de fumar e de praticar relações sexuais, do nascer ao pôr do sol. Crianças, idosos, doentes e mulheres que estejam grávidas, em período de amamentação ou menstrual, não participam do jejum.

O jogo de abertura do Mundial de 2018 envolveu justamente a seleção de um país islâmico: a Arábia Saudita, que enfrentou a Rússia. A partida em questão terminou com o estrondoso placar de 5 a 0 para os anfitriões.

Rapidamente, a questão do jejum dos atletas e como isso pode ter prejudicado a seleção árabe virou pauta no mundo esportivo; ainda mais porque, nos jogos seguintes, a seleção obteve um melhor desempenho: derrota por apenas 1 a 0 para o Uruguai, e vitória por 2 a 1 contra o Egito, outra seleção de um país islâmico.

Dois refeições são feitas, diariamente, durante o período: o suhoor, antes do sol nascer, e o iftar, quando ele se põe. O suhoor consiste em uma refeição saudável e poderosa, para que se possa aguentar o longo período de jejum. Já o iftar, é uma refeição na qual é comum o consumo de gordura, frituras e doces.

A primeira refeição, após o período de jejum por trinta dias, é um momento de confraternização, em que famílias se reúnem para comer juntas. Ela ocorre durante o *Eid-al-Fitr* ("festa do desjejum", em tradução para o português).

Para Abbey Alabi, nigeriano radicado no Brasil, que é muçulmano e professor de inglês em São Paulo, o Ramadã é uma questão de fé individual, e um período para estar mais próximo de Deus.

"Jejuar é muito gostoso, é muito bom! Talvez quem nunca fez não consiga entender", afirma. "É uma coisa que todo muçulmano devoto não consegue ficar sem, é mais um pouco de fé. Você vai querer fazer de qualquer jeito", explica Alabi.

Mas e os atletas muçulmanos? Como podem alinhar o jejum e o alto desempenho esportivo?

Em entrevista ao **Contraponto**, o professor titular de Nutrição da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP), e colunista da *Revista Saúde*, Antonio Lancha Jr., diz que um atleta sempre terá uma performance pior quando está de jejum, em relação ao período em que está melhor alimentado.

ENTRE A FÉ E A PERFORMANCE ESPORTIVA: ATLETAS MUÇULMANOS SE ADAPTAM AO RAMADÃ

Desportistas buscam mitigar efeitos do jejum com dietas balanceadas ou abdicando da prática religiosa



Jogadores argelinos agradecem a Deus após conquistarem a Copa Africana de Nações 2019

"Ele pode ter um desempenho comparável com os demais jogadores que pode ser muito bom, excelente, até acima da média. Porém, comparado o rendimento dele próprio contra ele mesmo [quando se está de jejum e quando se está bem alimentado], o desempenho vai ser prejudicado", diz.

Atletas que optam por fazer o jejum, mesmo sabendo dos riscos, traçam estratégias para diminuí-los, como fizeram Enes Kanter, jogador de basquete turco que joga pelo Portland Trail Blazers, time da NBA, e Zhara Lari, patinadora artística emiradense. Ambos afirmam fazer dietas antes do período do Ramadã para que o corpo se acostume.

"Eu jejuo, durante a temporada, uma ou duas vezes por semana, para deixar meu corpo preparado para o Ramadã. Estou acostumado a isso. Basquete é um esporte em que você lida mais com a mente do que com o corpo", afirma Enes Kanter, para o SporTV.com. O jogador ainda completou: "Uma vez que estou focado no jogo, com a mente limpa, eu não me distraio pensando se estou me hidratando ou descansando".

"Ser uma atleta definitivamente mudou a maneira de me alimentar em geral. Eu sou muito consciente do que entra na minha boca e tento ser o mais saudável possível. O melhor conselho que eu posso dar é manter suas refeições balanceadas e saudáveis, ficar hidratado o quanto puder", disse Zhara Lari, para a revista árabe Harper Bazaar Arabia.

Antonio Lancha Jr. aponta que existem diversas opções para atletas muçulmanos se manterem em alto nível durante o Ramadã.

"Uma das formas de diminuir o risco seria fazer a atividade logo no início do período de jejum, então o atleta se alimenta durante a noite e faz a atividade logo cedo, ou ele faz mais próximo do fim do período de jejum, porque assim ele acaba de fazer o treino em jejum e se alimenta em sequência conseguindo se recuperar", diz.

Segundo o Alcorão, existem grupos que estariam liberados de fazer o jejum, entre eles os viajantes - por isso, alguns acreditam que, em casos como o dos atletas que foram disputar a Copa na Rússia, eles não precisavam jejuar naquele período e poderiam repor posteriormente.

Seguir ou não o jejum no Ramadã foi uma pedra no sapato - chuteira, se preferir - de Mohamed Salah, jogador do Liverpool e da seleção egípcia. Durante a final da UEFA Champions League 2017/18, contra o Real Madrid, logo no início do jogo, o atacante sofreu uma lesão no ombro.

Alguns muçulmanos apontaram isso como um "castigo divino", já que a final aconteceu no período do Ramadã e o jogador resolveu postergar o jejum, enquanto seu companheiro de time que comunga da mesma fé, o senegalês Sadio Mané, seguiu jejuando.

Abbey diz que interromper o jejum ou escolher postergá-lo não faz da pessoa menos muçulmana. "Não tem obrigação em fazer o jejum, não há punição. É uma coisa voluntária, se você é muçulmano você é orientado a fazer. Quem faz jejum, faz por si mesmo. E ninguém deve julgar", diz.

© Suhaib Salem/Reuters